

REVISTA

MM

Numismática e Medalhística

1.ª Série · Número 2 · 2019

FICHA TÉCNICA

Revista M

ISSN 2184-2876

1.ª Série · Número 2 · 2019

Âmbito e objetivos

A *Revista M* é a revista digital do Museu Casa da Moeda. Publicam-se textos que representam contributos relevantes para os estudos de Numismática, Medalhística e outras ciências. Admitem-se textos para publicação nas línguas portuguesa e inglesa e acolhem-se propostas para números monográficos dedicados a temáticas específicas.

Editor

Mário de Gouveia (INCM/MCM)

Conselho Editorial

Alberto Canto García (UAM, Madrid)

Maria João Gaiato (INCM, Lisboa)

Maria Rosa Figueiredo (FCG, Lisboa)

Mário Barroca (FLUP, Porto)

Nuno Valério (ISEG, Lisboa)

Rita Martins de Sousa (ISEG, Lisboa)

Rui Centeno (FLUP, Porto)

Ruth Pliego Vázquez (US, Sevilha)

Coordenador do Número

Mário de Gouveia (INCM/MCM)

Propriedade

Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Museu Casa da Moeda

Avenida António José de Almeida

Edifício Casa da Moeda

1000-042 Lisboa (Portugal)

museucasadamoeda@incm.pt

www.museucasadamoeda.pt

Design

Vivóeusébio

Paginação

Marta Braz (INCM/MCM)

Copyright © 2019 Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Museu Casa da Moeda.

ÍNDICE

EDITORIAL
02

NOTA DE
APRESENTAÇÃO
04

CONVITE À
APRESENTAÇÃO
DE ARTIGOS
72

..... ARTIGOS

**600 numismas da
Horta da Misericórdia
(Faro): escavações
arqueológicas da
professora Teresa
Júdice Gamito**
MARCO VALENTE

**A escassez de
moeda na América
portuguesa no final
do século XVII e a
implantação da Casa
da Moeda na Bahia**
JOÃO GOULART
DE SOUZA GOMES

**Medalha-ensaio
desconhecida de
D. João V (“Pensieri
per la medaglia di S.
Maesta di Portogallo”)**
JAIME M. M. FERREIRA

06

34

46

**Museu do Dinheiro:
tecnologia e
mediação cultural**
DANIELA
PEDROSO VIELA

**Museu Casa da
Moeda: um projeto
em rede para o futuro
da museologia**
MÁRIO DE GOUVEIA

54

61

EDITORIAL

Ao longo das últimas décadas, a *internet* tem desempenhado um papel cada vez mais importante na produção e disseminação do conhecimento. É hoje inegável que este processo revolucionou drasticamente a forma como todos pensamos e fazemos ciência. Multiplicaram-se as publicações digitais sob a forma de livros, revistas, atas ou catálogos e criaram-se os repositórios institucionais que permitem coligar e disponibilizar, numa lógica de acesso aberto, toda a produção científica que se desenvolve em contexto académico.

A *Revista M* foi pensada desde o início para ser o órgão de expressão científica do Museu Casa da Moeda, instituição que foi agraciada, em 2019, com dois prémios da Associação Portuguesa de Museologia nas categorias Comunicação Online e Aplicação de Gestão e Multimédia. Lançamos anualmente um apelo a que nos enviem artigos inéditos para publicação nos domínios da Numismática e da Medalhística. Estes artigos são depois lidos e analisados pelo editor e o conselho editorial, que se pronunciam sobre o seu potencial científico. Após este processo, os artigos são paginados e a revista é publicada no sítio do museu, transformando-se, a partir de então, num contributo importante para que se (re)pense a forma como estudamos as moedas e as medalhas.

Porque a *internet* torna ainda mais rápida a forma como se produz e divulga a ciência, a *Revista M* tem cumprido seu papel de fazer chegar a todos uma forma de conhecimento que, até há relativamente poucos anos, estava confinada a alguns recantos académicos. Por ser totalmente gratuita e estar acessível a qualquer momento, à distância de um simples clique, a *Revista M* é hoje um dos raríssimos casos de publicações periódicas, especializadas em Numismática e Medalhística, que contribuem ativamente para que, entre nós, se mantenha vivo o interesse pelas moedas e as medalhas.

Acreditamos, no fundo, que este projeto editorial, hoje já unanimemente reconhecido e elogiado nalguns espaços de debate em rede,

tem um potencial crescente. Para que possamos continuar a cumprir a nossa missão, a única coisa de que verdadeiramente precisamos é do apoio de todos. De facto, sabemos bem que esta revista não é apenas a revista do nosso museu: é, acima de tudo, a revista de todos aqueles que se interessam pelo mundo das moedas e medalhas. Com o seu contributo, podemos crescer ainda mais e firmar a nossa posição em prol da disseminação do conhecimento numismático e medalhístico.

..... O Diretor do Museu Casa da Moeda
Duarte Azinheira

O Editor da *Revista M*
Mário de Gouveia

NOTA DE APRESENTAÇÃO

Este número da *Revista M* integra um total de cinco artigos estruturados à volta de dois grandes eixos temáticos: por um lado, os trabalhos que focam moedas e medalhas encontradas em escavações arqueológicas ou analisadas à luz de documentos arquivísticos e bibliográficos; por outro, os trabalhos que incidem sobre problemas de cariz museológico relacionados com dois dos museus que, em Portugal, atuam nos domínios da Numismática e da Medalhística: o Museu do Dinheiro e o Museu Casa da Moeda.

De maneira geral, podemos dizer que estes cinco artigos refletem uma certa variedade de abordagens metodológicas, que é inerente a toda e qualquer forma de trabalho científico. Focando a Numismática ou a Medalhística, estes artigos demonstram que é possível estudar e compreender as moedas e as medalhas como objetos arqueológicos, históricos e museológicos: ao incidir sobre os signos neles contidos, hoje passíveis de descodificação à luz de chaves que as sociedades do passado nos legaram, cada um destes artigos dá o seu próprio contributo para que se interpretem as moedas e as medalhas como elementos polissémicos.

Marco Valente é o autor de um texto em que se estuda detalhadamente o acervo de moedas encontradas em escavações arqueológicas no sítio da Horta da Misericórdia, em Faro, entre elas se destacando peças cunhadas entre a época romana e os nossos dias. João Goulart de Souza Gomes foca a sua atenção nos problemas históricos subjacentes à escassez de moeda no Brasil durante o século XVII, os quais acabaram por motivar a criação da primeira Casa da Moeda no país. Jaime M. M. Ferreira procede à leitura de um documento da Biblioteca Nacional de Portugal relativo a uma medalha-ensaio que terá sido produzida durante o reinado de D. João V, possivelmente em alusão à batalha do Cabo Matapão. Daniela Pedroso Viela tece várias considerações sobre a atividade do serviço educativo do Museu do Dinheiro, cruzando os conceitos de mediação, interatividade e tecnologia. Mário

de Gouveia faz um breve balanço dos três primeiros anos de atividade do Museu Casa da Moeda, salientando alguns dados sobre os seus antecedentes históricos e as suas principais linhas de força.

..... O Coordenador do Número
Mário de Gouveia

MARCO VALENTE

Membro Colaborador do CTA-IPT - Centro Transdisciplinar das Arqueologias - Instituto Politécnico de Tomar.

marcopvalente@gmail.com

600 numismas da Horta da Misericórdia (Faro): escavações arqueológicas da professora Teresa Júdice Gamito

REVISTA M · Nº 2 · 2019 · 06 - 33

RESUMO

Este artigo baseia-se na dissertação de mestrado do autor e no catálogo geral dos cerca de 600 numismas, datáveis entre tempos hispano-romanos e o Estado Novo, encontrados nas escavações arqueológicas da responsabilidade da Professora Teresa Júdice Gamito e tidas na Horta da Misericórdia (centro histórico de Faro), entre os anos de 1983 e 2000.

PALAVRAS-CHAVE: Horta da Misericórdia (Faro); perda monetária; ligações comerciais; moeda fracionada.

ABSTRACT

This article is based on the author's master's dissertation and the general catalog of the approximately 600 coins, dating between Hispano-Roman times and the Estado Novo, found in the archaeological excavations of the responsibility of Professor Teresa Júdice Gamito, held in Horta da Misericórdia (historic center of Faro), between 1983 and 2000.

KEYWORDS: Horta da Misericórdia (Faro); monetary loss; business connections; fractional currency.

O contexto arqueológico

A localização de Faro (figura 1) terá tido por base razões de estratégia posicional geográfica:

The choice for the location of Osso-noba was decisive and an early one (...) because of its difficult access from the sea. These difficulties became a natural and effective defensive system to the city.¹



Figura 1 – Localização do espaço amuralhado da urbe de Faro (fonte: Google Earth).

Faro personifica, talvez, um cadinho de culturas e de povos, nomeadamente de cristãos e muçulmanos, do oriente e do ocidente juntos. Os tempos históricos não consistiram apenas em guerras, conquistas e reconquistas. Também houve tempos e episódios de convivência pacífica entre as várias comunidades que compunham o tecido humano de toda esta região:

As relações de compromisso, de apoio e de proteção entre a Península Ibérica e o Magreb fizeram-se sempre sentir ao longo dos séculos e em todas as épocas e circunstâncias. (...) O apoio, nem sempre isento de interesses, concedido a alguns nobres durante o reino visigótico, por bizantinos e autóctones; o domínio árabe, que veio dali também, com o apoio de povos locais, os berberes (...). A colaboração nas fainas da pesca fez-se sempre, cá e lá. Por vezes facilitando a criação de núcleos familiares estáveis e o nascimento de descendentes que se radicavam lá ou cá. As ligações entre o Magreb e o território português, em particular o Algarve, foram sempre constantes e profundas, e são ainda hoje recordadas.²

A Horta da Misericórdia será, porventura, um dos poucos locais onde podemos obter uma leitura contínua da ocupação do espaço intramuros de Faro (figuras 2 e 3)³, apesar dos revolvimentos causados por diversas calamidades naturais, como presumivelmente o foram os terramotos de 1755, 1353, 1309 e 1169 (figura 4).

1. GAMITO 2004: 133.
2. GAMITO 2007: 11.
3. GAMITO 2007: 59.

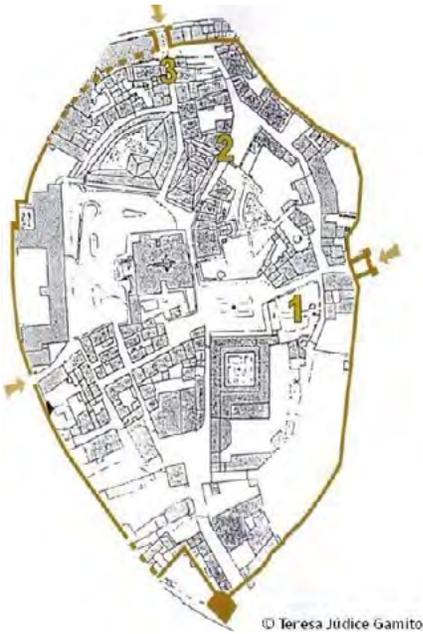


Figura 2 – Planta da cidade de Faro, com a localização da Horta da Misericórdia (n.º 1) (fonte: GAMITO 2007).



Figura 4 – Carta de isossistas da intensidade sísmica nacional.

Com a extinção das ordens religiosas, este espaço foi sendo amputado e vendido até 1840, fazendo anteriormente parte da cerca e do convento de Nossa Senhora da Assunção, atual Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique. É apenas em 1981 que:

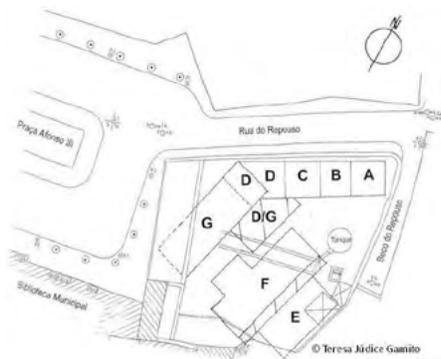


Figura 3 – Localização das sondagens arqueológicas no sítio da Horta da Misericórdia.

O museu reabre na sua totalidade. Logo no ano seguinte a autarquia solicita à Santa Casa da Misericórdia uma proposta para aquisição dos terrenos que confinam com o convento, atualmente designados Horta da Misericórdia, para ampliação do Museu.⁴

4. PAULO 2007: 131-132.

Esse era, de facto, um espaço nobre da cidade amuralhada, e os artefactos posteriormente postos a descoberto, durante campanhas que se desenrolaram entre os anos de 1984 e 2000, comprovam-no. As várias intervenções da professora Teresa Júdice Gamito, não só no espaço da Horta da Misericórdia mas também noutros pontos intramuros, comprovam, no seu entender, a existência de uma população mercantil rica, a partir dos achados por ela efetuados⁵.

A quantidade de numismas encontrados (geralmente em virtude de fenómenos de perda monetária) indicia, embora com variações ao longo dos tempos, que a circulação monetária que se fazia neste espaço parecia ter sido em grande escala.

Tais leituras são passíveis de realizar, ainda que o sítio tenha sofrido contaminações de terras provenientes das escavações de Afonso do Paço na zona da sé.⁶ As mesmas poderão ter trazido consigo alguns numismas, nomeadamente das épocas romana e pré-romana, uma vez que fazem parte deste espólio alguns numismas atribuíveis a estes períodos.

De qualquer das formas, as cerca de seis centenas de numismas encontradas nas escavações provêm do interior do espaço amuralhado (isto, claro, se fizermos fé que mais nenhuma outra contaminação tenha ocorrido até então, de fora para dentro das muralhas).

Os numismas da Horta da Misericórdia: uma contextualização possível

A investigação acerca dos numismas encontrados nas escavações da Horta da Misericórdia, em Faro, iniciou-se no âmbito do curso de mestrado em Portugal Islâmico e o Mediterrâneo na Universidade do Algarve. A investigação foi inicialmente centrada no período que medeia entre os reinados de D. Sancho I e D. Afonso V, isto é, do século XII ao século XV, tendo o estudo abrangido um total de 319 exemplares. Posteriormente, com a edição conjunta de um catálogo geral dos numismas provenientes das escavações, procedemos ao estudo dos que ainda restavam e que não tinham sido considerados de início, o que acabou por perfazer, no total, aproximadamente 600 exemplares.

Para cada um dos 600 exemplares, elaborámos uma ficha de inventário (figura 5) da qual constavam as várias observações que fomos fazendo acerca de cada um dos exemplares numismáticos.

5. GAMITO 2004: 138.

6. O local da sé já tinha oferecido importantes achados romanos em 1933 (com intervenção de Abel Viana) e em 1940 (com intervenção do seu colega Mário Lyster Franco). Desta última intervenção surgiram inclusive os alicerces de um grande templo romano (VIANA 1952: 20-21).

Inventário Numismas Horta da Misericórdia

Acrônimo-Ano/Código HM97 / E -2- a 2
 Número de Inventário 56
 Circulo 645
 Tipologia Meio Real Cruzado
 Metal Bolhão
 Monarca D. João I
 Peso (g) 1,85
 Módulo maior (mm) 23
 Módulo menor (mm) 22
 Local cunhagem Lisboa
 Cronologia 1408-1433



Legenda Anverso (...)JU(...)TIALGA(...)
 Ao centro coroa real do monarca (aparentemente sem arcos), sobreposta ao monograma real IHNS. Com a marca monetária L localizada logo abaixo do mesmo monograma real. Cercadura circular pontilhada, na orla, a enquadrar estes elementos.

Legenda Reverso +R()ACIO:RE()JUBLICE
 Escudo, ao centro do exemplar, com cinco escudetes dispostos em forma de cruz no seu interior. Sotoposta a estes elementos, encontramos as extremidades florenciadas de uma cruz da Ordem de Avis. Cercadura circular pontilhada, na orla, a enquadrar estes elementos.

Observações A primeira emissão foi ordenada pelas cortes de Évora de 1408, mas teve uma segunda emissão. A única forma de se distinguir é pela tipologia da coroa real (com ou sem arcos), e neste caso não conseguimos fazê-lo - embora nos pareça uma coroa sem arcos da 2ª emissão. Desta não sabemos a data da sua ordenação (daí a cronologia proposta). Marca monetária L ao centro, abaixo da inscrição.

Figura 5 – Exemplo de ficha de inventário dos numismas da Horta da Misericórdia.

Com este estudo, era nosso objetivo obter uma visão mais completa acerca dos fenómenos associados à circulação e à perda de moeda na urbe de Faro, atendendo a uma dupla perspetiva: por um lado, numa ótica do circuito local identificado com a Horta da Misericórdia; por outro, numa ótica do circuito transfronteiriço identificado com o reino de Castela e Leão, dada a proveniência forânea de alguns numismas.

Não obstante o nosso intento, algumas condicionantes limitaram o nosso objetivo, nomeadamente:

- A dificuldade em identificar alguns tipos monetários, nomeadamente no respeitante a reinados e datas concretas;

- A ausência de publicações específicas a respeito de certos tipos monetários;
- A ausência de estudos sobre materiais de proveniência arqueológica, na maioria dos casos devido à inexistência de financiamento, levando à acumulação de dados que nunca chegam a ser disponibilizados para os investigadores que pretendem realizar estudos mais aprofundados sobre âmbitos locais, regionais, nacionais, peninsulares ou até europeus;
- A inexistência de registos precisos de unidades estratigráficas, agravada pela impossibilidade de podermos obter novos elementos junto da arqueóloga responsável pelas escavações, em virtude do seu falecimento, ou de confrontar as informações que recolhemos à medida que a investigação se desenvolvia.

Análise do conjunto

Época romana

Neste local foi recuperado um total de 46 numismas enquadráveis na época romana ou já sob a influência de Roma (figura 6).

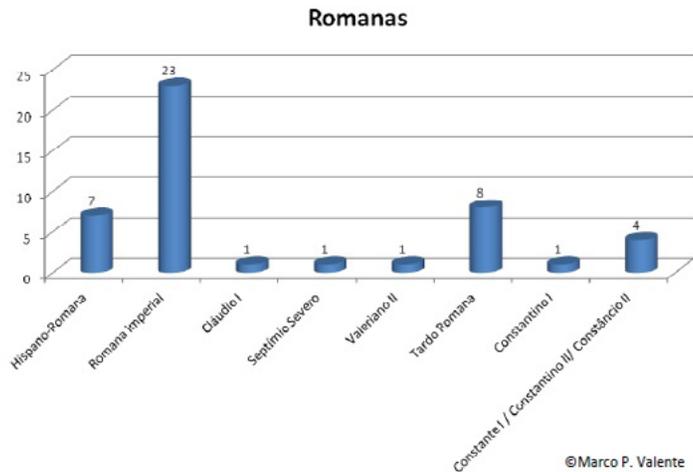


Figura 6 – Gráfico da distribuição cronológica das moedas da época romana.

Relativamente às hispano-romanas, surgem exemplares identificados de *Ossonoba* (figura 7) e de *Balsa* (figura 8).



Figura 7 – Anverso de numisma de *Ossonoba*.



Figura 8 – Anverso de numisma de *Balsa*.

Creemos que esta foi a primeira escavação no perímetro da cidade de *Ossonoba*, isto é, no local onde os investigadores julgam ter-se localizado a cidade mencionada nas fontes antigas, onde surgiram numismas cunhados em *Ossonoba*.

O período em que este conjunto numismático atinge a sua maior expressão é a época imperial, embora também se registre um número significativo de numismas datáveis já da época tardo-imperial. Nesta época, em virtude das constantes crises monetárias que marcaram a história do império, a cunhagem era muito significativa.

Os numismas desta época apresentam-se geralmente em mau estado de conservação. Apenas com base na observação de alguns sinais ainda visíveis, tal como de partes de legendas ainda conservadas, nos foi possível proceder à identificação de um pequeno número de imperadores ou saber se se trata de

exemplares datáveis da época imperial ou da época tardo-imperial. Cláudio I, Septímio Severo, Constantino I e Valeriano II foram os imperadores que puderam ser identificados com a nossa análise.

Ausência de numismas islâmicos

Sabemos que, sob domínio islâmico, Faro surge citada nalgumas das escassas fontes escritas disponíveis, geralmente atestando as suas qualidades portuárias, marítimas e comerciais.⁷ De acordo com os informes de vários cronistas árabes, sabemos que Faro foi uma cidade rica e próspera ao longo de todo o período correspondente ao domínio islâmico no território peninsular⁸.

Não obstante este facto, não conseguimos identificar nenhum numisma islâmico no sítio da Horta da Misericórdia. Constatámos, ainda assim, a existência de algumas peças que mereceram uma análise mais detalhada (figuras 9 e 10).



Figura 9 – Fragmento de fivela, similar, na forma, a *dirham* almóada.

Após um exame minucioso, não só dos numismas em si, mas dos demais elementos metálicos encontrados nas diversas campanhas de escavação na Horta da Misericórdia, apercebemo-nos da existência de uma fivela de cobre prateado, com marcas de corte numa das pontas, que correspondia exatamente a esses fragmentos metálicos que estavam identificados como possíveis numismas islâmicos.



Figura 10 – Fragmento de fivela do mesmo objeto (cf. figura 9).

A numismática (proveniente de contextos arqueológicos) nunca deverá ser entendida e estudada apenas centrada em si mesma, mas antes numa perfeita articulação com os demais aspetos, artefactos e indícios surgidos num qualquer contexto arqueológico. Se não fosse assim, seríamos erroneamente levados a concluir que não teria existido ocupação islâmica em Faro, uma vez que não se en-

7. BLOT 2005: 212-213.

8. REI 2005.

contraram numismas que apontassem nesse sentido.

As moedas portuguesas

Primeira dinastia

D. Sancho II

Foram claramente identificados 28 numismas deste monarca, o segundo mais representado deste espólio, englobando cerca de 8,8% do total de exemplares numismáticos. Tal parece ser revelador do interesse cristão por estes territórios mais ao sul, sugerindo uma eventual retoma das ações de reconquista, das relações comerciais ou inclusive da proximidade, cada vez mais evidente, das forças cristãs no território algarvio.

No que diz respeito à numária de D. Sancho II, sabemos que foram encontrados também em Tavira – segundo informação dada pela nossa colega Sandra Cavaco – dois numismas em níveis claramente islâmicos. Ficámos também a saber, através de uma conversa com Cláudio Torres, que também em Mértola há numismas deste rei em níveis islâmicos. Este facto pode ser entendido como sinal da aproximação das hostes cristãs aos territórios mais a sul. Desta forma, a numismática parece corroborar os pontos de vista mais recentes da historiografia sobre a Idade Média, ampliados e atualizados também pelo considerável volume de dados que o registo arqueológico vai trazendo à luz do dia.



Figura 11 – Anverso de mealha de D. Sancho II.



Figura 12 – Reverso de dinheiro de D. Sancho II.

D. Afonso III

Surgem 13 exemplares perfeitamente identificáveis deste monarca no presente estudo, constituindo assim cerca de 4,1% do total de numismas. Há uma quebra superior a 50% relativamente ao número de exemplares monetários observados no reinado anterior. Tal poderá ser explicado pela desvalorização monetária ocorrida com este monarca⁹ e que levou igualmente a que o rei desistisse, a título de exemplo, da cunhagem que estava já em curso por volta de 1261.¹⁰

9. ARAGÃO 1966: 164.

10. ARAGÃO 1966: 162.

Hábil estratega e homem político, D. Afonso III conduziu, em 1249, uma expedição ao Algarve que beneficiou da debilidade dos enclaves islâmicos, provocada pelo recrudescimento das campanhas cristãs. Durante o seu reinado, consolidou a legitimidade do seu poder pelas armas e procurou ir ao encontro dos desígnios do papado, nomeadamente através da conquista de territórios islâmicos para a causa cristã, conforme pedido ao papa em 1245.¹¹

Para fazer face à crise agrícola que, em 1252 e 1253, se abateu sobre Portugal, remodelou a administração régia e tomou medidas que se fizeram sentir também no plano económico.¹² A política de centralização régia deu os seus frutos em todos os aspetos. Ainda com relação ao que é conhecido, pelo menos na região algarvia, o monarca reservou para si os rendimentos da pesca do sal, pisões, lagares, fornos e banhos públicos. Ao monarca deveria prestar-se vassalagem e não a nenhum outro tipo de senhor: tal atitude é bem clara em todas as suas ações concertadas e centradas em objetivos bem delineados, que constituíam, em última análise, o já exposto anteriormente reforço do poder régio, igualmente através da estabilização dos rendimentos da coroa.¹³



Figura 13 – Anverso de dinheiro de D. Afonso III.



Figura 14 – Reverso de dinheiro de D. Afonso III.

D. Dinis

A sua política centralizadora foi articulada com importantes ações de fomento económico, como a criação de inúmeros concelhos e feiras. D. Dinis ordenou a exploração de minas de cobre, prata, estanho e ferro, organizando a exportação da produção excedente para outros países europeus.¹⁴ Em 1308 assinou o primeiro acordo comercial com a Inglaterra.¹⁵ Em 1317 nomeou o genovês Manuel Pessanha como comandante da frota real, “a quem foram dadas as condições para organizar uma armada militarmente eficaz, o que

11. MATTOSO 1993: 133.

12. MATTOSO 1993: 139.

13. TEIXEIRA 2002: 31.

14. COELHO 2004: 440.

15. RODRIGUES 2000: 44.

revela a dinâmica que tinha adquirido o comércio marítimo na vida do país.”¹⁶

A similaridade de cunhagens, não só ao nível das legendas, mas também da iconografia, torna-se muitas das vezes um óbice para a determinação de cronologias. Veja-se o caso dos dinheiros de D. Dinis e D. Pedro I. Com efeito, a chave para distinguir, com segurança, os dinheiros batidos nos dois reinados é a letra de abertura, uma vez que o resto da legenda das diversas variantes pode coincidir.

No que respeita à Horta da Misericórdia, os dados comprovam que há um claro crescendo de peças entre os séculos XII e XIII, uma diminuição entre os séculos XIII e XIV e um *boom* no século XV, muito devido aos numismas de D. Afonso V, nomeadamente os ceitis.



Figura 15 – Reverso de dinheiro de D. Dinis.



Figura 16 – Anverso de dinheiro de D. Dinis.

D. Afonso IV

A sua maior contribuição a nível económico e administrativo foi a importância dada ao desenvolvimento da marinha portuguesa. D. Afonso IV subsidiou a construção de uma marinha mercante e financiou as primeiras viagens de exploração atlântica.¹⁷

Silves foi a capital do governo das armas do Algarve desde D. Sancho I até D. Afonso IV, que a mudou para Lagos. Em Faro, a Torre da Atalaia de Santo António do Alto foi mandada edificar em 1352 por D. Afonso IV. Localizada no ponto mais alto da cidade, permitia controlar toda a área circundante, fazendo parte da rede de atalaias que vigiavam e protegiam a costa.

Não existem numismas claramente atribuíveis a este monarca.

D. Pedro I

O desenho do anverso deste dinheiro de D. Pedro I permite verificar qual a diferença entre o tipo cunhado por este monarca e por D. Dinis. Enquanto nos exemplares de D. Dinis a curvatura do D acompanha a sua forma linear de alto a baixo, neste exemplar de D. Pedro I vemos que a curvatura do P é uma espécie de pequeno crescente lunar junto ao topo. Quando este tipo de numisma está cerceado por esta parte ou esta se encontra esbatida, é praticamente impossível diferenciar os exemplares de D. Dinis dos exemplares de D. Pedro I. Deste monarca

16. RODRIGUES 2000: 45.

17. DIAS 1989.

identificamos claramente 4 exemplares monetários.



Figura 17 – Anverso de dinheiro de D. Pedro I.

D. Fernando I

Temos 12 exemplares distintamente identificados deste monarca, os quais correspondem a 3,8% do total em estudo, nomeadamente 11 dinheiros. Também identificámos 1 pilarte ou coroadado. Verificámos que este pilarte ou coroadado, cunhado nas oficinas de Lisboa, representaria o retorno da valorização da prata amoedada. Outros autores corroboram o facto de o pilarte ou coroadado ter sido uma tentativa de saneamento financeiro da parte de D. Fernando I, ocorrida “possivelmente antes de Julho de 1372.”¹⁸

A metrologia dos dinheiros manteve-se muito constante desde D. Afonso III (altura em que foi feita a desvalorização do soldo de 12 para 9 dinheiros) até D. Afonso IV. Só com D. Fernando é que as moedas de dinheiro voltaram a sofrer mais alterações (mesmo assim não muito significativas) no peso e no estilo gráfico.

O número total de numismas de D. Fernando I serão reveladores da importância estratégica do Algarve durante este período conturbado, marcado por constantes guerras pela posse do trono de Castela e enquadrado também pela Guerra dos Cem Anos, que teve repercussões na Península Ibérica em virtude das alianças estabelecidas entre Portugal e Inglaterra, assim como entre Espanha e França.

Movido pela rivalidade comercial e marítima entre Lisboa e Sevilha, D. Fernando I interveio ativamente na política peninsular.¹⁹ As enormes despesas da guerra, a perda de dinheiro no confronto com o rei de Aragão e as largas mercês concedidas aos fidalgos castelhanos reduziram o fisco português a tais dificuldades que D. Fernando I se viu obrigado a recorrer à medida da alteração das moedas.²⁰ Herdou um reino em paz e com um erário muito rico e deixou um tesouro exausto, com a moeda desvalorizada e os preços elevados.



Figura 18 – Reverso de dinheiro de D. Fernando I.

18. TEIXEIRA 2002: 44.

19. LOPES 1992.

20. ARAGÃO 1966: 177.



Figura 19 – Anverso de dinheiro de D. Fernando I.

Segunda dinastia

D. João I

D. João I é o monarca com mais tipos monetários, com um total de 10 tipos monetários diferentes: meio real atípico, meio real branco, meio real cruzado, meio real de dez soldos, real de dez soldos, real branco, real preto, real de três libras e meia, quarto de real cruzado. Todos estes tipos constituem sinal do enfraquecimento da moeda. Como o afirmava um colega, em 1989: “É de salientar o grande número de achados de moedas de D. João I que nos chega ao conhecimento, embora sem que nenhum deles tenha sido estudado na íntegra, facto que dificulta o estudo da já complicada cunhagem deste rei, com longas emissões, muitas variantes e com inúmeros sinais ocultos ainda por esclarecer.”²¹

É o terceiro monarca mais representado no espólio numário deste sítio arqueológico, conclusão a que não

é alheio o facto de ter reinado 48 anos: estão, de facto, presentes 25 exemplares, a que corresponde um valor de 7,9% do total de numismas aí representados. O crescente número de numismas atribuíveis a este monarca, bem como a D. Afonso V, é prova factual da importância do Algarve na expansão ultramarina portuguesa.

José Mattoso considera terem existido duas fases distintas no seu reinado: a primeira, até 1411 ou 1412, marcada pela guerra da independência e o fortalecimento da nação; a segunda, até 1433, assinalada pela guerra de expansão em Marrocos e os inícios das explorações atlânticas.²² Com a paz de 1411, mercadores e criadores de gado viram as suas atividades mais protegidas, constituindo “gente que estava disposta a pressionar as forças do poder para continuar com a sua actividade comercial”.²³ Com o objetivo de aumentar a receita para fazer face às grandes despesas com as guerras com Castela²⁴, às crises internas e à conquista das primeiras colónias em África²⁵, o monarca promoveu o enfraquecimento da moeda, primeiro aumentando a percentagem de metal vil na liga e depois pela redução do seu peso (caso, por exemplo, do real branco).

21. DIAS 1989: 20.

22. MARTINS 2007: 85.

23. ARAÚJO 2009: 80.

24. ARAÚJO 2009: 65.

25. DIAS 1989: 19.



Figura 20 – Anverso de meio real atípico de D. João I.



Figura 21 – Anverso de real de três libras e meia de D. João I, cunhado em Lisboa.

D. Duarte

D. Duarte sucedeu a seu pai em 14 de agosto de 1433, e, uma vez estabelecido no trono, uma das suas primeiras medidas foi reduzir as despesas da casa real, porque o erário estava muito debilitado em consequência das contínuas guerras com Castela.²⁶ Um autor afirma que “seguiu uma política monetária centrada por ideias de consolidação de um sistema coerente e de cumprimento, tão rigoroso quanto possível, das normas legais vigentes nessa matéria à data da sua subida ao trono.”²⁷

Apesar de ter reinado somente cinco

anos, ainda surgiram neste local 4 exemplares cunhados durante o seu reinado, correspondendo a 1,3% do número total de numismas: 2 reais pretos, um deles possuindo corte que parece indiciar uma tentativa de cerceio, e 2 meios reais pretos, todos cunhados em Lisboa (à exceção de um, que não sabemos se foi cunhado em Lisboa ou no Porto).



Figura 22 – Anverso de real preto de D. Duarte.

D. Afonso V

Os numismas de D. Afonso V, presentes em tão elevado número neste sítio arqueológico, por comparação com os reinados anteriores, são um indício da importância que o Algarve teve durante os descobrimentos e a expansão portuguesa durante este reinado. Quanto ao fenómeno das recunhagens, destaca-se o numisma n.º 13 do inventário geral, que representará o reaproveitamento de um numisma de D. João I (o real preto), recunhado com D. Afonso V (ceitil).

O reinado de D. Afonso V ficou marcado pela expansão portuguesa no norte

26. ARAÚJO 2009: 102.

27. MARQUES 1996: 184.

de África, que valeu a este monarca o cognome O Africano. Para responder à convocatória de Calisto III, com o intuito de ser o primeiro dos últimos cruzados, convoca cortes para obter dinheiro, concede amnistias para obter guerreiros e manda que se façam nova cunhagens para obter moedas mais fortes. Durante o seu reinado, a expansão foi indissociável da escravatura: o móbil deste processo não foi a difusão do cristianismo, nem tão pouco se centrou no ouro ou marfim, mas sim nos escravos, uma vez que eram estes a mão-de-obra que gerava a riqueza.²⁸ Nesta época há referências a Faro relacionadas com o comércio de frutos (figos e frutos secos, nomeadamente uvas passas), que demonstram que as trocas alcançavam paragens tão longínquas como Kiev ou Trebizonda, contactos estes já estabelecidos pelo menos desde o período islâmico.²⁹

Sabemos, nomeadamente para épocas ainda anteriores, como os séculos VIII a XI, que as relações de interdependência observáveis no mapa geopolítico do ocidente peninsular giravam à volta de cidades como Faro, Silves e Mértola, às quais se juntavam, no mais alargado quadro ibérico, cidades como Sevilha, Córdova e Badajoz.³⁰ Não nos esqueçamos que, ao longo do século XV, tem lugar no Algarve um reforço dos “pedidos de autorização para se venderem mercadorias no exterior, tanto no norte de África (onde Mazagão se apresenta como um dos locais

citados) como nas terras da Andaluzia.”³¹ Ontem como hoje, as áreas geográficas confinantes com aquela região, nomeadamente a Andaluzia, desempenhavam um papel preponderante em termos económicos.³²



Figura 23 – Anverso de ceutil de D. Afonso V, cunhado em Ceuta ou Lisboa.



Figura 24 – Anverso de meio real preto de D. Afonso V, cunhado em Lisboa.

28. MARTINS 2007: 82.

29. COSTA 2007.

30. FERNANDES 2006: 24.

31. MARTINS 2007: 86.

32. GAMITO 2004: 133.



Figura 25 – Numisma recunhado.



Figura 26 – Anverso de cotrim de D. Afonso V, cunhado no Porto.

D. João II

Relativamente ao reinado de D. João II, apenas conseguimos identificar neste sítio arqueológico, com margem de segurança, 1 vintém em prata. No respeitante aos ceitis, é importante sublinhar que nem sempre é possível distinguir os que foram cunhados por D. João II ou D. João III, uma vez que as legendas conservadas nas moedas encontradas neste sítio não permitem identificação certa.



Figura 27 – Anverso de Vintém em prata, cunhado em Lisboa.

D. Manuel I

Relativamente aos numismas de D. Manuel I, ao contrário do que verificámos a propósito de D. João II, é importante referir-se que a legenda é um precioso auxiliar para a identificação da época, em especial no caso dos ceitis e dos meios vinténs de prata (como podemos observar no caso dos numismas aqui representados).



Figura 28 – Anverso de ceitel de D. Manuel I.

D. João III

Os ceitis de D. João III, quando a legenda do reverso se encontra bem definida, são facilmente identificáveis, em especial por surgir representado o algarismo 3, que corresponde ao III do título do rei. A letra S deitada que o antecede na

legenda também se mostra de extrema importância para a identificação destas moedas com a cunhagem que teve lugar durante este reinado.



Figura 29 – Reverso de ceitel de D. João III.

D. Sebastião

Os 3 reais de D. Sebastião oferecem no campo a sua identificação, com a denominação do monarca geralmente dividida por quatro linhas distintas, como podemos observar no exemplar aqui retratado.



Figura 30 – Anverso de 3 reais de D. Sebastião.

Terceira Dinastia

Da Terceira Dinastia, dita Filipina, apenas 1 exemplar foi descoberto: é o caso do n.º 587 do inventário, que corresponde ao 1/2 croat de Filipe III ou IV de Espanha

(II ou III de Portugal), testemunho dos cerca de 80 anos do domínio castelhano em Portugal.

Quarta Dinastia

D. João V

Os numismas de D. João V, provenientes das escavações da Horta da Misericórdia, são de utilização comum nas trocas comerciais.



Figura 31 – Anverso de real e meio de D. João V.



Figura 32 – Reverso de real e meio de D. João V.

D. José I a D. Pedro V

Não existem nenhuns exemplares destes monarcas provenientes das escavações arqueológicas na Horta da Misericórdia, facto que não implica que Faro ou o Algarve não tenham desempenhado

um papel importante nos destinos económicos, sociais e políticos do país. Foi, aliás, pelo Algarve que uma força rumou a Lisboa durante um dos episódios que marcaram as lutas entre liberais e miguelistas, enquanto outra descia do Porto.



Figura 33 – Anverso de 100 réis de D. Carlos I.

D. Luís I

A única moeda deste reinado identificada nas escavações arqueológicas está em mau estado de conservação, visto que foi reutilizada: trata-se dos X réis em bronze, cunhados entre 1882 e 1886, correspondentes ao número 528 do inventário.

D. Carlos I

Surgiram alguns exemplares deste reinado nas escavações arqueológicas, facto curioso se tivermos em consideração o contributo dado por este rei para as expedições oceanográficas, a bordo do iate D. Amélia.

Moedas da República

Surgiram alguns exemplares de pequeno valor nas escavações arqueológicas, nomeadamente 5 centavos, 10 centavos e XX centavos.

Síntese estatística

Apresentamos em seguida alguns dados sobre as moedas cunhadas pelos reis portugueses sob a forma de um gráfico.

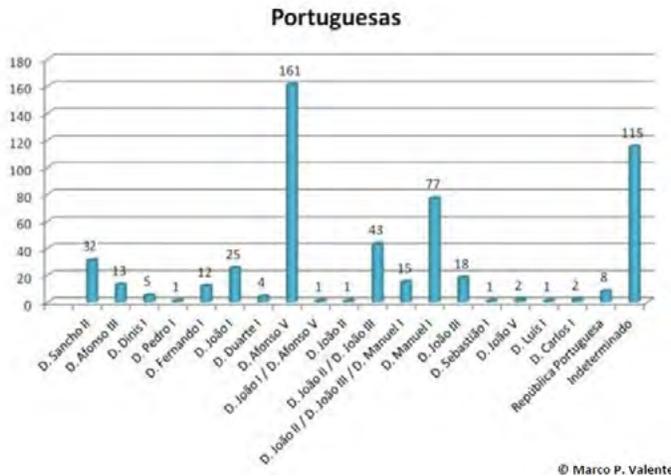


Figura 34 – Quadro das moedas portuguesas identificadas.

A partir da análise do gráfico precedente, verificamos que:

— Apesar do grande número de numismas de atribuição indeterminada (115), os reinados de D. Sancho II (32 numismas), D. João I (15 numismas), D. Afonso V (161 numismas), D. João II/D. João III/D. Manuel I (153 numismas) são os que têm maior representatividade em termos quantitativos;

— Em relação ao reinado de D. Sancho II, sabemos ter-se tratado de uma época de cunhagem de numerário em larga escala e em vários locais, como já vimos nos casos de Mértola e Tavira, devido à presença de numismas deste monarca em contextos islâmicos. A injeção de numerário pode ser considerada uma prova dos contactos comerciais existentes entre os mundos islâmico e cristão;

— Entre D. Sancho II e D. João I formase uma curva descendente/ascendente, o que parece indiciar (pelo menos em termos de perda monetária) um decréscimo de circulação de massa monetária, seguida por um crescendo da mesma. Este facto está atestado na Horta da Misericórdia, embora o estudo de outros locais onde surgiram moedas destes monarcas possa vir a confirmar, a nível local, regional ou mesmo nacional, as nossas conclusões;

— Em relação ao reinado de D. João I, constatamos a existência de um grande número de numismas. Tal pode ser explicado pela desvalorização monetária ocorrida no seu reinado e pelos vários múltiplos e submúltiplos do real, que entram agora em circulação;

— De D. Duarte apenas temos 4 numismas, facto que se entende tendo em consideração que este monarca reinou somente quatro anos, ou seja, durante um período de tempo muito curto para que se cunhasse um número expressivo de numismas em seu nome;

— De D. Afonso V temos o maior número de numismas identificado neste sítio, inclusive superior ao registado nos reinados de D. João II, D. Manuel I e D. João III juntos. Essa perda de 161 exemplares neste local indicia que a circulação de massa monetária neste reinado devia ser superior à registada noutras épocas. Frisamos novamente que o conhecimento de outras coleções ou achados pode possibilitar a leitura de novos dados sobre este problema numismático.

Moedas de Leão e Castela e moedas de Espanha

Afonso X

A disputa pelo direito de posse do Algarve também parece encontrar ecos na numária em estudo, uma vez que nos surgem 6 exemplares datáveis do reinado de Afonso X, perfazendo um total de 1,9% dos exemplares. Um dos fatores que podem explicar a presença destes numismas é o comercial.

Uma das questões que gostaríamos de aprofundar futuramente tem a ver com o mapeamento dos numismas de Afonso X encontrados no território português. Com este trabalho seria possível

verificar se os mesmos estão confinados a espaços de fronteira terrestre entre os reinos ou se também estão representados em cidades portuárias, sejam da costa algarvia ou de outras áreas.

Os desenhos que apresentamos em seguida servem também como um instrumento de auxílio para a identificação, inventariação e classificação de moedas por outros colegas, uma vez que existe a informação de que, após visualização do catálogo de numismas da Horta da Misericórdia, foi já possível atribuir a Afonso X alguns numismas que estavam identificados como sendo de D. Afonso V de Portugal. Existe, aliás, um exemplar em mau estado de conservação que nos parece ser atribuível ao reinado de Enrique, infante de Castela, correspondente ao n.º 590 do inventário.



Figura 35 – Anverso de diñero de Afonso X de Castela e Leão.

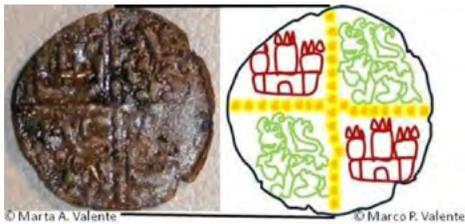


Figura 36 – Reverso de diñero de Afonso X de Castela e Leão.

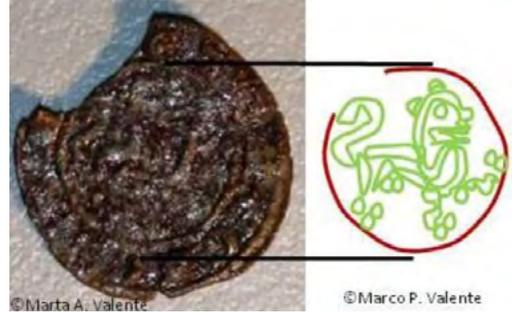


Figura 37 – Reverso de maravedi preto de Afonso X de Castela e Leão.

Enrique III

O cornado de Enrique III de Castela e Leão, com o n.º 308 do inventário, não raras vezes é confundido com exemplares de ceitis portugueses, conduzindo assim à consideração de hipóteses erróneas por parte dos investigadores que não estão familiarizados com o universo da Numismática.

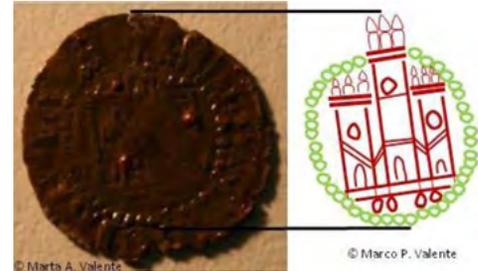


Figura 38 – Anverso de cornado de Enrique III de Castela e Leão.

Enrique IV

Um diñero de Enrique IV de Castela e Leão, com o n.º 32 do inventário, foi

cunhado em Sevilha, à semelhança do exemplar n.º 79. A proximidade entre Faro e Sevilha pode ter facilitado a entrada em circulação destes numismas na região.



Figura 39 – Anverso de diñero de Enrique IV, cunhado em Sevilha.

Filipe III ou Filipe IV

Foi também identificado nas escavações arqueológicas um ½ croat de Filipe III ou IV de Espanha (II ou III de Portugal).



Figura 40 – Anverso de ½ croat de Filipe III ou IV de Espanha.

Afonso XII

Para além do diâmetro, também o formato da cabeça observável no desenho do exemplar de 10 cêntimos serve para identificar esta moeda. O reverso está completamente ilegível. Trata-se da única moeda do conjunto cunhada em Bar-

celona, na segunda metade do século XIX (1877, 1878 ou 1879).

Tal sucedeu também, no caso do numisma com o n.º 576 do inventário, os 10 cêntimos de zinco do Estado Espanhol (décadas de 30-40 do século XX). Neste último caso, foi o facto de ser um numisma cunhado em zinco, o seu diâmetro e alguns (escassos) sinais quase imperceptíveis no numisma em si que possibilitaram a sua identificação.

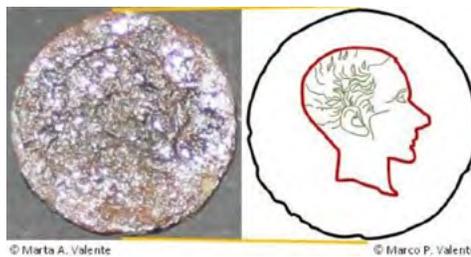


Figura 41 – Anverso de 10 cêntimos de Afonso XII de Espanha.

Moeda escocesa (?)

Pela iconografia do anverso, que representa uma cruz, trata-se indubitavelmente de um exemplar batido em contexto cristão. No reverso deste possível penny escocês, parece estar representado um símbolo estelar ou cometiforme, porventura uma representação iconográfica da luz de Cristo. Trata-se, no entanto, de uma hipótese em aberto que merece ser estudada futuramente.

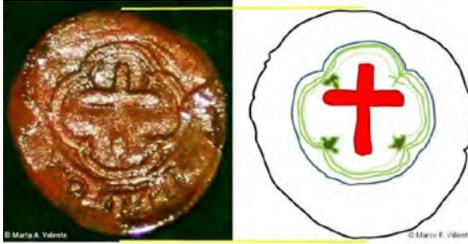


Figura 42 – Anverso de 1/2 penny escocês (?).

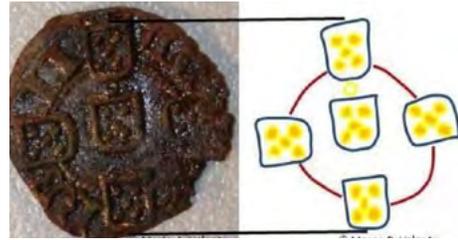


Figura 44 – Aduela (sinal oculto) em reverso de dinheiro de D. Fernando I.

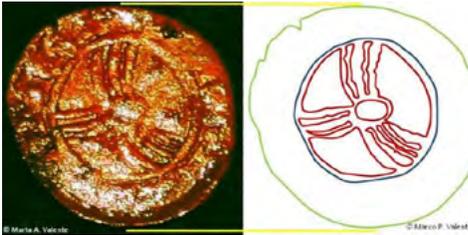


Figura 43 – Reverso de 1/2 penny escocês (?).



Figura 45 – Cruciforme (marca da oficina de Lisboa) em anverso de pilarte coroado de D. Fernando I.

Sinais ocultos

Os sinais ocultos são mais frequentes nos reinados de D. Fernando I e do seu sucessor D. João I. Consideramos, para a moeda de D. Fernando I identificada com o n.º 76 do inventário, que o posicionamento da aduela no reverso pode sugerir a oficina de cunhagem de Lisboa. No entanto, o significado destes sinais é ainda obscuro, pelo que é necessário que sejam feitos novos estudos sobre esta questão. Para auxiliar os nossos colegas quanto à identificação precisa destas moedas, apresentamos em seguida os desenhos dos exemplares encontrados nas escavações arqueológicas.

Numismas cerceados (proposta de trabalho)

O problema do cerceio da moeda, facto que demonstra o seu uso em contexto comercial, pode ser estudado a partir de um universo de 42 numismas, distribuídos da seguinte forma: para a prata, 1 chinfrão; para o bolhão, 1 real branco, 1 real de dez soldos, 25 dinheiros, 1 maravedi preto; para o cobre, 1 real preto, doze ceitis.

Quanto aos metais nobres (casos da prata e do ouro), verificamos um aparente cerceio num exemplar. No entanto, por se tratar do único exemplar em prata no universo estudado, não podemos retirar

daqui qualquer conclusão generalizável. Ainda assim, este facto constitui, em nosso entender, prova do cerceio em metais nobres durante o reinado d'O Africano, hipótese que é contrariada por alguns investigadores de numismática³³.

No que diz respeito a metais menos nobres, como é caso das moedas de cobre e de bolhão, notamos que o cerceio parece ser prática comum. Esta questão terá de ser desenvolvida em trabalhos futuros, com atenção a estudos de outros colegas, uma vez que não está documentado (pelo menos não o encontramos na nossa pesquisa) o cerceio de espécies em cobre.

Verificamos assim, que para além dos mais de 20 dinheiros, também os ceitis em cobre, os reais, o maravedi e o chinfrão podem ter sido cerceados. Este facto parece comprovar que todas estas moedas, e não apenas os dinheiros, podiam ser alvo de cerceio quando se tratava de obter trocos, facto que, aliás, a documentação parece confirmar.



Figura 46 – Tentativa de cerceio em ceitel de D. Afonso V.



Figura 47 – Cerceio de chinfrão em prata de D. Afonso V, cunhado no Porto.



Figura 48 – Cerceio em real preto de D. Duarte I.



Figura 49 – Cerceio em dinheiro de D. Sancho II.

33. "A amputação da parte periférica das legendas, que se verifica na maioria dos chinfrões hoje existentes, só com dificuldade poderá ser explicada por um cerceio quase sistemático que terá incidido sobre estas moedas. No entanto, também não é fácil encontrar um motivo lógico para que os cunhos usados no seu lavramento tivessem sido abertos, quase sempre, com diâmetros superiores aos dos discos." (MARQUES 1996: 136).



Figura 50 – Cerceio em dinheiro de D. Sancho II.

Conclusões

O número de numismas recuperado, no espaço físico em questão, demonstra que a circulação monetária neste local seria usual e em grandes quantidades. Se bem que haja um grande número de exemplares indeterminados, a amostra perfeitamente identificável permite-nos traçar uma série de conclusões a partir da análise do gráfico apresentado anteriormente (figura 34).

Desde logo, para além do pico causado pelos numismas indeterminados, três reinados surgem com mais destaque: D. Sancho II, D. João I e, sobretudo, D. Afonso V. Dos reinados de D. Afonso II e D. Afonso IV não possuímos nenhum exemplar, o que poderia indiciar uma quebra na importância do Algarve nestes dois reinados – se bem que o reinado pouco ou nada belicista de D. Afonso II o pudesse deixar antever. Também de época islâmica não identificamos nenhum exemplar (dos cerca de 600) e os dados obtidos nas várias intervenções de Teresa Júdice Gamito na Horta da Misericórdia provam isso. Tratando-se o Algarve de uma região rica, que conclusões po-

demos retirar daqui?

Com D. Sancho II o processo de Reconquista ganha novo ímpeto, constituindo evidência de tal facto, no campo da numismática, a injeção do seu numerário em territórios do sul peninsular, como são os casos de Mértola, Tavira, Castro da Cola e Faro. As querelas pela posse do Algarve, entre Portugal e Castela e Leão, ou talvez os contactos económicos no tempo de D. Afonso III parecem confirmar tais hipóteses, ilustrando as ditas (hipóteses) através da presença de 6 numismas perfeitamente identificados de Afonso X de Castela e Leão.

Já D. João I e as guerras com Castela, que conduzem também à desvalorização do numerário, encontram ecos na numária do sítio da Horta da Misericórdia, sobretudo, com relação ao processo de desvalorização do numerário. O reinado que o precedeu, de D. Fernando I, também foi de várias guerras, estas com resultados diversos das de D. João I face a Castela. Com D. Afonso V, a presença de numária é abismal, traduzida num total de 155 exemplares. Um destes numismas do reinado de D. João I é recunhado em tempos de D. Afonso V – o aproveitar de todo o numerário existente para as grandes empreitadas d'O Africano? Mesmo o de monarcas precedentes? Estudos futuros ou o cruzamento de dados com estudos que possam estar a decorrer poderão proporcionar mais algumas respostas com relação à presente constatação.

Abordando a questão da tipologia metálica, podemos observar que os metais ditos nobres quase não estão aqui representados: de facto, apenas temos

presentes 4 numismas em prata. O cobre e o bolhão estão, pelo contrário, muito melhor representados, facto que se compreende tendo em conta que estas moedas eram utilizadas em trocas quotidianas.

Tipologia Metálica		
Prata	4	0,7%
Bolhão	152	25,4%
Bronze	52	8,7%
Cobre	355	59,3%
Chumbo	7	1,2%
Outros	4	0,7%
Indeterminado	25	4,2%

Figura 51 – Quadro relativo à tipologia metálica.

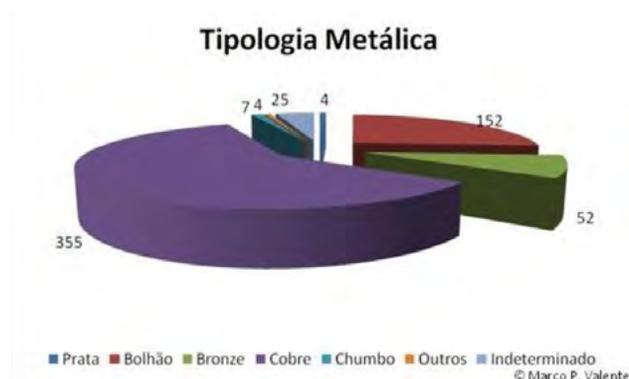


Figura 52 – Gráfico relativo à tipologia metálica.

Quanto aos locais de cunhagem, pese embora saibamos, pela base probabilística, que muitos dos numismas podem ter sido cunhados em Lisboa, é importante ter em conta que, para além desta cidade,

também Ceuta e Porto estão representadas neste acervo, junto com 1 exemplar de Évora e 3 de Sevilha.

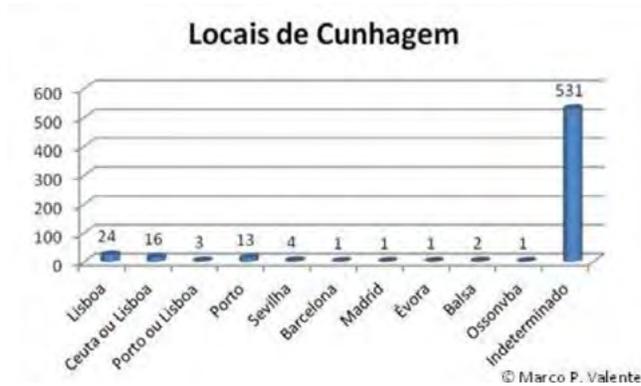


Figura 53 – Gráfico relativo aos locais de cunhagem.

Já no respeitante à cronologia monetária, regista-se um pico no século XIII (associado à reconquista e à injeção de numerário de D. Sancho II, por exemplo), seguido de um decréscimo nos séculos XIV e XV e, finalmente, o um novo pico no século XV, que se deve à quantidade de numismas do reinado de D. Afonso V.

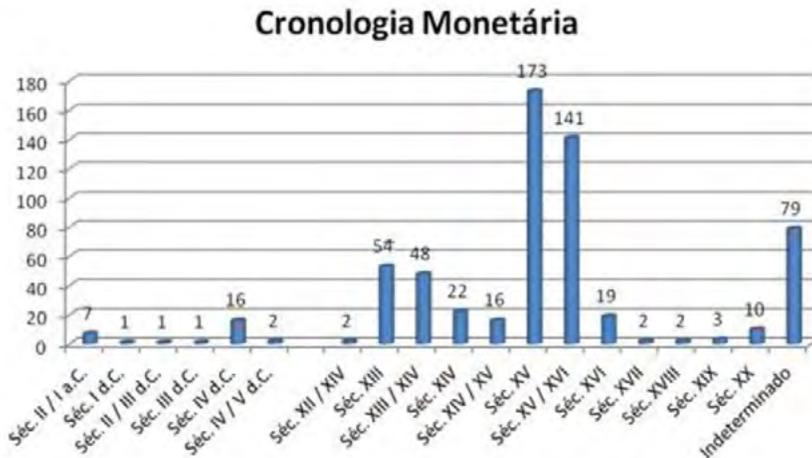


Figura 54 – Gráfico relativo à cronologia monetária.

Já no referente à tipologia monetária, salientam-se duas conclusões relevantes:

— Quanto à primeira dinastia, os dinheiros são o tipo mais usual, quase que único no que diz respeito a alguns reinados;

— Os dez tipos monetários de D. João I, assim como os quatro de D. Afonso V, são muito esclarecedores quanto ao fenómeno de desvalorização monetária documentável nestes reinados e explicável, em grande medida, pelos conflitos militares que tiveram lugar na Península Ibérica e no norte de África³⁴.

Fontes

LOPES, Fernão (1992). *Crónica de D. Fernando*. Porto: Livraria Civilização (4.^a ed.).

Bibliografia

- ARAGÃO, A. C. Teixeira de (1966). *Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal* (vols. I e II). Porto: Livraria Fernando Machado (2.^a ed.).
- ARAÚJO, Julieta (2009). *Portugal e Castela na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri.
- BLOT, Maria Luísa P. (2005). Problemáticas da Arqueologia náutica e portuária no quadro do estudo de portos antigos e medievais em Portugal. *Arqueologia Medieval* 9: 207-220.
- COELHO, António Borges (2004). O tempo e os homens. Séculos XII-XIV. In MEDINA (dir.). *História de Portugal* (vol. III) 353-540.
- COSTA, Marisa (2007). Du rivage méditerranéen à la façade atlantique. Gens du Sud au Portugal médiéval. *Medievalista* 3 (disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA3/medievalistaatlantique.htm>; consultado a 13/09/2009).
- DIAS, Ana Cristina Guimarães (1989). *Moedas portuguesas cunhadas no Porto na coleção do gabinete de numismática*. Porto: Divisão de Museus da Câmara Municipal do Porto.
- FERNANDES, Maria Alice et al. (2006). A viagem de Ibn Ammar de São Brás a Silves. *Arkeotavira* (disponível em <http://arkeotavira.com/Estudos/>; consultado a 17/12/2010).
- FERREIRA, Sérgio Carlos (2007). O preço do vinho em Portugal na Baixa Idade Média. *Douro, Estudos & Documentos* 22: 113-143.
- GAMITO, Teresa Júdice (2007). *O Algarve e o Magreb (711-1249)*. Faro: Universidade do Algarve.
- _____ (2004). Ukkúnuba and its territory. In *Portugal, Espanha e Marrocos – O Mediterrâneo e o Atlântico*. Faro: Universidade do Algarve, 133-141.
- MATTOSO, José (dir.) (1993). *História de Portugal*. s.l. Círculo de Leitores.
- MARQUES, Mário Gomes (1996). *História da moeda medieval portuguesa*. Sintra: Instituto de Sintra.
- MARTINS, José António de Jesus (2007). *O Reino do Algarve nos finais da Idade Média. Os concelhos algarvios do século XV*. s.l.: s.n.
- PAULO, Dália (2007). *O Convento de Nossa Senhora da Assunção. (Des)construção da memória*. Faro (dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Algarve).
- REI, António (2005). O Gharb al-Andalus em dois geógrafos árabes do século VII/XIII. Yâqût al-Hamâwî e Ibn Sa'îd al-Maghribî. *Medievalis-*

34. Para mais informações, recomendamos a leitura de VALENTE 2016, obra que se encontra disponível em <http://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/8416>. Nesta obra são tratados com maior detalhe alguns assuntos abordados neste artigo. A bibliografia aí publicada pode ser um útil instrumento de trabalho para quem se interessa por esta temática.

ta 1 (disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA1/medievalistaandalus.htm>]; consultado a 13/07/2009).

RODRIGUES, António Simões (coord.) (2000). *História de Portugal em datas*. s.l.: Temas e Debates.

TEIXEIRA, Filipe (coord.) (2002). *Catálogo de moedas da monarquia portuguesa (1185 a 1640)*. s.l.: Câmara Municipal do Porto.

VALENTE, Marco (2016). *Numismas da Horta da Misericórdia (Faro) Catálogo geral*. Faro: Universidade do Algarve; Campo Arqueológico de Mértola.

VIANA, Abel (1952). Ossónoba O problema da sua localização. *Revista de Guimarães* 62 (separata).

JOÃO GOULART DE SOUZA GOMES

Mestrando em Museologia e Graduando em História, Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Especialista em Literatura Brasileira (UCSAL) e em Comunicação Integrada (ESPMRJ)

goulartgomes@gmail.com

A escassez de moeda na América portuguesa no final do século XVII e a implantação da Casa da Moeda na Bahia

REVISTA M · Nº 2 · 2019 · 34 - 45

 MUSEU
CASA DA
MOEDA

CASA DA MOEDA

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo discorrer e analisar o problema de escassez de moeda na América portuguesa, no século XVII, mais especificamente na cidade de Salvador (Bahia), o que levaria à implantação da Casa da Moeda nessa cidade. Para uma análise mais precisa da história econômica desta cidade, à época uma das mais importantes do império português, é necessário se ater ao fato que apenas a partir de 1695 passa a ser cunhada moeda no Brasil, motivo pelo qual procura-se compreender como eram realizadas as transações comerciais, locais e internacionais, neste cenário. Dessa forma, também as práticas de escambo serão abordadas, bem como a utilização de protomoeda.

PALAVRAS-CHAVE: moeda; comércio transatlântico; escambo.

ABSTRACT

This paper aims to discuss and analyze the problem of currency shortage in Portuguese America in the seventeenth century, more specifically in the city of Salvador (Bahia), which would lead to the establishment of the Mint in this city. For a more precise analysis of the economic history of this city, at the time one of the most important cities of the Portuguese empire, it is necessary to highlight the fact that only from 1695 on currency is minted in Brazil, reason why it seeks to understand how the local and international commercial transactions were carried out in this scenario. In this way, the barter practises will also be approached as well as the use of protocurrency.

KEYWORDS: world coins; transatlantic trade; barter.

A escassez de moeda no meio circulante, em inúmeras regiões do mundo e nas mais variadas épocas, sempre foi algo recorrente, que exigia dos governantes a adoção de soluções as mais diversas. Este problema se abateria sobre a Bahia, de forma mais contundente, em finais do século XVII, o que levaria à implantação da Casa da Moeda na cidade de Salvador, com autorização do rei D. Pedro II, o Pacífico, em 1694. Para compreendermos este fenômeno e a solução adotada para o Brasil, precisaremos rever os seus antecedentes, conhecendo, ainda que brevemente, a própria origem e utilização da moeda pelos povos.

O início da utilização da moeda metálica no Ocidente tem como marco referencial a cunhagem do estáter de eletro, no século VI a.C., no reino da Lídia (atual Turquia), por ordem do rei Cresos. Ao mandar bater a imagem dos seus símbolos – o touro e o leão – em pedaços de uma liga de prata e ouro, assegurando o valor e a originalidade daquilo a que viríamos chamar de moeda, ele estaria inaugurando o exercício do *jus cunni*, ou seja, o direito de mandar fazer moedas como um atributo exclusivo dos governantes, prática que logo seria adotada por diversos reinos do Mediterrâneo. Quando o imperador Diocleciano, em Roma, no século III, manda cunhar um *follis* com a efígie de Juno Moneta, a peça se torna tão popular que logo emprestaria o epíteto da deusa a todas as demais peças pecuniárias que até hoje chamamos de moeda¹. Desde este período da Antiguidade Clássica, a moeda passa a

ser lastreada, ou seja, há um lastro em metal nobre que assegura o seu valor de face (figura 1).



Figura 1 – *Follis*, com representação de Juno Moneta.

No caso da moeda metálica – desde a sua criação até a adoção do papel-moeda no Ocidente, de forma contínua, a partir de 1661, na Suécia –, a própria quantidade de metal existente intrinsecamente na moeda (principalmente ouro, prata, cobre e bronze) assegurava o seu valor (figuras 2 e 3). Com o surgimento do papel-moeda, inicialmente foi exigido que os agentes emissores, em sua grande maioria governamentais, mantivessem um lastro em ouro no valor equivalente à quantidade de moeda emitida, o que nem sempre era fielmente cumprido. Naquele momento, o papel-moeda se tornava uma moeda de curso forçado, ou seja, aceita no mercado por força de lei, também chamada de moeda fiduciária (do latim *fides*, “fé”), a que se deu fé. Atualmente, o chamado padrão-ouro encontra-se extinto, sendo o valor da moeda avaliado por outros fatores econômicos.

1. SPÍNOLA 2011: 428.



Figura 2 – Soldo em ouro de Basílio I. No reverso, Eudóxia Ingerina e Constantino, o filho falecido do imperador.



Figura 3 – Áureo de Tibério. Lugduno; 19mm; 7,55g. No reverso, a inscrição PONTIF MAXIM (Pontífice Máximo) e Lívia Drusa como Pax, segurando um cetro e um ramo de oliveira.

Evidentemente nem sempre os governantes mantiveram o peso e a pureza do metal devidos, seja por economia para os cofres públicos ou por escassez de algum metal, o que habitualmente provocava graves crises. Isso aconteceu, por exemplo, em Roma:

As manipulações monetárias feitas pelos imperadores tinham por objetivo fornecer recursos para se fazer frente à saída de metais no comércio com o Extremo Oriente, ao esgotamento das minas e às guerras. Na verdade o processo já se iniciara com Nero (54-68), intensificando-se depois, de

maneira que com Trajano (98-117) a moeda de prata de 88% de conteúdo metálico passou a 79%, com Marco Aurélio (161-180) caiu para 70%, com Cômodo (180-192) atingiu 67%, com Galieno (260-268) chegou a ter apenas 2% de prata.²

O mesmo viria a ocorrer novamente na Alta Idade Média, a partir da morte do rei Carlos Magno (814):

O sistema de dinheiros, soldos e libras criado na Alta Idade Média pelos reis francos e anglo-saxões continuou a existir por toda a Europa Ocidental e Central até a Idade Moderna (exceto Portugal e Espanha) e nas Ilhas Britânicas até o século XX, mas o peso, conteúdo de metal precioso e poder aquisitivo das unidades e de seus múltiplos declinou quase continuamente e em ritmos diferentes em cada região a partir da desintegração do Império Carolíngio.³

A circulação de moedas metálicas de maior e de menor qualidade, simultaneamente, provoca um fenômeno classificado pela Lei de Gresham, que preconiza que a má moeda tende a expulsar do mercado a boa moeda. Por exemplo, em períodos de bimetalismo, era comum que as moedas de prata fossem usadas em circulação, enquanto que as moedas de ouro eram entesouradas.

Nos mais diversos períodos históricos, alternativas foram encontradas para suprir a ausência ou escassez de moeda. A mais comum delas é o escambo, ou seja, a troca de mercadorias, que, por vezes,

2. FRANCO JÚNIOR & CHACON 1986: 41.

3. COSTA 2018: 299.

deu origem às chamadas protomoedas, caracterizada pela utilização de um determinado bem como denominador comum entre as trocas. A mais famosa dessas protomoedas é o sal, utilizado em Roma para pagamento de legionários, o que deu origem à palavra *salário*. Da mesma forma, o gado, em latim *pecus*, que originaria palavras como *pecúnia* e *pecuniário*.

Na África eram utilizadas conchas como o cauri (*Cypraea annulus* ou *Cypraea moneta*), o zimbo, gimbo ou gimboombo (nzimbu) e a marginela. O cauri é uma concha branca ou amarelo-clara, do tamanho de uma amêndoa, que procedia dos arquipélagos das Maldivas e das Laquedivas, no sudoeste da Índia e das Ilhas Zanzibar e Pemba, na costa oriental da África e que difundiu-se pela África Ocidental e Central (figura 4).

Despachados como mercadoria em seu local de pesca ou de coleta, os cauris frequentemente serviam de lastro para os navios árabes, judeus ou europeus que os transportavam até os portos do continente africano, nos quais eram novamente vendidos como mercadoria.⁴



Figura 4 – Cauri.

Da mesma forma, a marginela, que se limitava à bacia do Níger, era um molusco marinho de concha pequena e colorida, este proveniente das costas ocidentais da África. Félix Iroko⁵ afirma que este molusco também pode ser encontrado nas regiões intertropicais da América, particularmente do Brasil. Já o zimbo (*Olivancillaria nana*) era mais comum no reino do Congo.

Os portugueses exportaram ainda olivas de Luanda e introduziram-nas como moeda fracionária, juntamente com os cauris, no tráfico de escravos negros do Brasil colonial.⁶

Portanto, não é de se admirar que o zimbo tenha chamado a atenção do arguto olhar do Frei Vicente de Salvador, que, em sua magna obra *Historia do Brazil*, de 1627 (capítulo V: Da Capitania de Porto Seguro), diz:

4. IROKO 1990: 22.

5. IROKO 1990.

6. IROKO 1990: 25.

Porem sem isto tem outras couzas, pellas quais mereçia ser bem povoada; porque no rio grande onde parte com a capitania dos Ilheos tem muito pao-Brazil, e no rio das caravellas muyto Zimbo, dinheiro de Angolla, que são huns buzioszinhos mui miúdos de que levão pipas cheas, e trazem por ellas navios de negros, e na terra deste rio, e em todas as mais que ha athe entestar com as de Vasco Fernandes Coutinho se dà muito bem o gado vacum, e se podem com facilidade fazer muytos engenhos.⁷

Enquanto na América Hispânica eram encontradas enormes reservas de prata e ouro, que resolveriam definitivamente o problema da escassez de metal na Espanha, com reflexos por toda a Europa, a América Portuguesa ainda tinha que se contentar, naquele momento, com as conchas encontradas na capitania de Ilhéus, o que não era suficiente para atender as necessidades monetárias da crescente colônia. Muitos anos decorreriam até a descoberta de ouro e pedras preciosas, na atual Minas Gerais. Restava, então, a prática do escambo, tanto nas negociações internas, quanto externas. Duas das mercadorias mais utilizadas como mediadoras das negociações foram o açúcar e o tabaco. No Rio de Janeiro, em 1614, o governador Constantino Menelau estabeleceu que o açúcar fosse utilizado como moeda legal, “fixando a arroba em 1\$000 para o branco, 640 réis para o mascavo e 320 réis para os demais, ordenando que os negociantes fossem

obrigados a aceitá-lo em pagamento, ou seja, dando-lhe curso forçado.”⁸

Na Bahia, as mercadorias também eram trocadas em negociações transatlânticas, conforme cita a historiadora Katia Mattoso:

Com efeito, o esquema de navegação Lisboa/Angola/Salvador/Lisboa foi em parte substituído por relações diretas entre Salvador e a costa da África ocidental, tráfico que beneficiava os negociantes soteropolitanos. O tabaco era trocado na África por escravos e os mesmos comerciantes mandavam para Portugal o açúcar, o tabaco de primeira qualidade e couros, produtos que eram trocados com bens manufaturados e gêneros alimentícios. Este comércio direto com o estrangeiro estendia-se para todo o Brasil, o que permitiu à economia baiana fazer face às crises do final do século XVII e às que se desenvolveram no decorrer do século XVIII. A Bahia resistia à baixa dos preços de açúcar porque tinha se transformado em um importante centro de redistribuição de mercadorias de todo tipo.⁹

Este cenário de escassez de moeda se atenuaria durante o período da União Ibérica (1580-1640). Nele, circulariam livremente as moedas hispânicas (figura 5). Trigueiros¹⁰ observa que:

Em princípios do século XVII, a maior parte do meio circulante no nosso país era constituído de reales hispano-americanos. Eram as peças de 8 reales, trazidas,

7. SALVADOR 1627: 36.

8. TRIGUEIROS 1987: 46.

9. MATTOSO 1983: 17.

10. TRIGUEIROS 1987.

em grandes somas, pelos peruleiros, sendo que a maioria provinha da Casa da Moeda de Potosí. Além de moedas, traziam, também, prata lavrada e por lavar, fazendo seu comércio com os portos do Rio de Janeiro, da Bahia de Todos os Santos e de Recife, levando, de volta, ao Rio da Prata, seus navios carregados



Figura 5 – Moeda hispânica de 8 reales.

Posteriormente, as moedas hispânicas receberiam contramarcas, os chamados “carimbos coroados” (figura 6), conforme alvará de 26 de fevereiro de 1643, o que levou à implantação das primeiras oficinas monetárias em Salvador, Pernambuco, Maranhão e São Paulo.¹¹



Figura 6 – Carimbo coroado de 120 réis sobre moeda hispânica de 2 reales.

No Sermão da Primeira Dominga da Quaresma, proferido na cidade de S. Luís do Maranhão, no ano de 1653, o Padre Antônio Vieira (figura 7) chamava a atenção para o problema da escassez de moeda naquela cidade:

Só resta saber qual será o preço destes que chamamos meios cativos, ou meios livres, com que se lhes pagará o trabalho do seu serviço. É matéria de que se rirá qualquer outra nação do mundo, e só nesta terra se não admira: o dinheiro desta terra é pano de algodão, e o preço ordinário por que servem os índios, e servirão cada mês, são duas varas deste pano, que valem dois tostões! Donde se segue que por menos de sete réis de cobre servirá um índio cada dia! Coisa que é indigna de se dizer, e muito mais indigna de que, por não pagar tão leve preço, haja homens de entendimento e de cristandade, que queriam condenar suas almas, e ir ao inferno.¹²

11. MARSON 1990.

12. VIEIRA 1653.



Figura 7 – Efégie do Padre Antônio Vieira em moeda portuguesa de 500 escudos (1997).

Diante da insustentabilidade da situação, em 1654 a Câmara do Rio de Janeiro envia um emissário para Portugal para tentar negociar alternativas para o problema, sem nenhum êxito. Para agravar a situação, em 1655, D. João IV proíbe a circulação das moedas de prata hispânicas em Portugal e em suas colônias. Na prática, continuariam a circular pelas mãos dos habitantes da colônia moedas da Espanha, Inglaterra, Países Baixos, França, estados italianos e outras, uma vez que o que realmente importava na moeda era o seu peso em ouro ou prata, e não o seu país de origem.

Em 1679, a Câmara de Salvador começa a atuar junto a D. Pedro II, pleiteando autorização para o início da cunhagem de moedas no Brasil. Para a historiadora Guida Marques, esta reivindicação se junta a diversas outras, que se justificam por ser Salvador a principal cidade da América Portuguesa, só comparável, em importância, à cidade de Goa, na Índia:

Essa projeção imperial da cidade da Bahia aparece na emulação com a cidade de

Goa, revelando não só a pretensão da Bahia enquanto “cabeça do estado do Brasil”, como também a importância revestida pela representação política no âmbito do império.¹³

Contudo, seria decisiva a muito bem elaborada representação ao rei D. Pedro II, emitida pelo governador da Bahia, Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, em 4 de julho de 1692. Utilizamos aqui a versão transcrita no livro *Casa da Moeda do Brasil*, de Cleber Baptista Gonçalves¹⁴. Nela, o governador expõe minuciosamente a situação de “miséria e penúria a que todo este estado do Brasil se vay” pela falta de dinheiro nas terras brasileiras, que para ele é “aquelle nervo vital do corpo político, ou o sangue delle, que derivando-se e correndo pelas veias deste corpo, o anima e lhe dá forças”. Dentre os motivos por ele citados para a falta de numerário, está a contínua remessa de moeda da colônia para Portugal. Como exemplo, ele cita que “na frota do ano passado de 69 só para a Cidade do Porto se levaram desta Bahia em moeda oitenta mil cruzados... e a que estado ficará brevemente reduzida huma Praça necessitada a levar cada anno esta sangria”. Como se não bastasse a fuga de dinheiro provocada pelo comércio transatlântico, elenca ainda outras fontes de evasão, como os negócios políticos e particulares, as remunerações de ocupantes de cargos públicos e eclesiásticos, as mudanças de pessoas enriquecidas para a metrópole e até os dotes de mulheres que se casam

13. MARQUES 2009: 29.

14. GONÇALVES 1989.

com portugueses ou entram para a vida religiosa, em Portugal.

De forma bastante convincente, o governador alertará para “os danos mais sensíveis á conservação deste Estado e ao Real Serviço de Vossa Majestade”: queda de produção dos açúcares e de outros gêneros com a paralisação dos engenhos, devido à alta de preços (inflação), a consequente perda de arrecadação das alfândegas, “hum dos maiores lucros que tem a sua real fazenda”, e consequente desinteresse de arremate de contratos com o reino, falta de dinheiro para “pagar as folhas eclesiástica e secular” e as despesas da Câmara, dentre as quais “infantaria e folha militar”. E apresenta a solução: “Esta se conseguirá fácil e suavemente, se Vossa Majestade for servido mandar lavrar dois milhões de moeda provincial, assi de prata, como de ouro, para todo o Estado do Brasil”, sendo 1000000 de cruzados para a Bahia, 600000 para Pernambuco e 400000 para o Rio. Destaca, ainda, a importância de se cunhar moeda “miúda” para troco, pois “sendo obrigado quem lhe basta comprar dez reis ou um vintém da mais infima hortaliça a comprar dois vintens ou dar dois vintens a um pobre mendigo, alias ficar este sem esmola, que he o que de ordinario sucede”.

Mesmo com tão forte argumentação, o Brasil ainda teria que aguardar dois anos para ver o seu pleito atendido. Somente com a lei de 8 de março de 1694, o rei D. Pedro II autorizaria a implantação da Casa da Moeda da Bahia, que iniciaria a sua produção em 1695 (figura 8). No texto, que se encontra arquivado na Torre do Tombo, em Lisboa, o monarca

considera “o grande damno que padeião com a falta de Moeda aqual era tão excessiva que não tinham os moradores daquelle Estado com que comprar os gêneros necesarios pa. seu sustento e uso”.

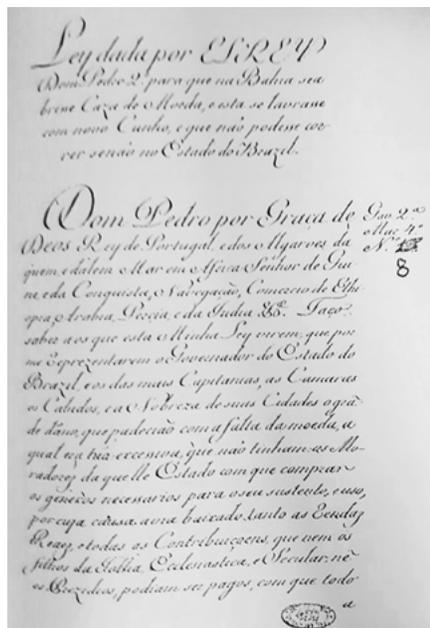


Figura 8 – Primeira página da lei de 8 de março de 1694.

Sebastião da Rocha Pitta, em *Historia da America Portugueza*, de 1730, assim relate este momento de crucial importância para a história da Bahia e, consequentemente, do Brasil:

Porém o rei aplicando toda a sua real atenção ao bem dos seus vassallos e à conservação deste Estado, lhe concedeu a Casa da Moeda, mandando-lhes no ano de mil e seiscentos e noventa e quatro juiz, ensaiadores e os mais officiaes de que necessita aquella fábrica, com todos os instrumentos e materiais preciosos para as officinas

e labor da moeda; e ordenou durasse só o tempo que fosse necessário para reduzir a nova forma toda a moeda que havia nas províncias do Brasil, às quais mandou ordem para que a remetessem à Bahia, e que feita esta diligência, se extinguisse a Casa.¹⁵

O primeiro superintendente da Casa da Moeda foi o desembargador João da Rocha Pitta, pai do historiador. Contudo, é importante ressaltar que não foram os portugueses os primeiros a cunhar moeda em território brasileiro. Já em 1645, os holandeses cunhariam moedas de ouro de III, VI e XII florins, e de X, XX e XXXX soldos, em prata, em 1654, em Recife, pela Geoctrooyeerde Westindische Compagnie (Companhia Holandesa das Índias Ocidentais), quando do cerco daquela cidade. Tais moedas são conhecidas como “obsidionais” (figura 9).



Figura 9 – Moeda obsidional holandesa.

Ainda que D. Pedro II estivesse convencido com as argumentações do governador da Bahia, outros motivos podem tê-lo levado a esta decisão. Possivelmente o mais importante deles teria sido a descoberta de ouro no Brasil, conforme análise da historiadora Isabel Marson:

15. PITTA 2011: 330.

16. MARSON 1990: 26.

Entretanto, outro motivo mais forte influenciara a decisão monárquica de permitir a primeira cunhagem de moedas no Brasil. Portugal havia encontrado no Brasil mesmo novas fontes de numerário com que podia equilibrar sua balança de comércio. A partir de 1694, confirmavam-se as notícias alvissareiras sobre jazidas de ouro localizadas por bandeiras que adentraram os sertões de Minas Gerais e, em seguida, os de Mato Grosso e de Goiás.¹⁶

A Casa da Moeda da Bahia, nessa sua primeira fase, funcionaria de 1695 até 1698, quando teria seu maquinário transferido para o Rio de Janeiro. Durante este período ela cunharia moedas de ouro de 1000, 2000 (figura 10) e 4000 réis e moedas de prata de 20, 40, 80, 160, 320 (figura 11) e 640 réis. As moedas de cobre continuariam sendo enviadas de Portugal.



Figura 10 – Moeda de 2000 réis, em ouro (Brasil, 1696).



Figura 11 – Moeda de 320 réis, em prata (Brasil, 1695).

Mesmo com a implantação da Casa da Moeda, o rei D. Pedro II autoriza a circulação, no Brasil, de moedas de cobre cunhadas para Angola, no ano de 1704, uma evidência da contínua necessidade de moedas de baixo valor. Em carta ao governador Dom Rodrigo da Costa, enviada naquele ano, o monarca diz:

Dom Rodrigo da Costa. Amigo. Eu El-Rei os envio muito saudar por se achar o Reino de Angola com muita moeda de cobre do que mandei nele introduzir para as compras miúdas, e ser isto causa daqueles moradores se queixarem do muito que lhes custam os víveres. Fui servido resolver que a dita moeda de cobre possa correr nesse Estado por se entender será de grande proveito a esses moradores para as compras das coisas miúdas. Com declaração que o maior pagamento que se fizer com a dita moeda será o de cem réis de que vos aviso para que nessa forma façais pública nessa praça e nas mais da vossa jurisdição esta minha ordem, que mandarei registrar nas partes necessárias. Escrita em Lisboa a dez de fevereiro de mil setecentos e quatro. Rei. Para o governador-geral do Estado do

Brasil. Primeira via. José de Freitas Serrão. Miguel Nunes de Mesquita. Matias Miranda de Oliveira a registro em vinte e oito de junho do mesmo ano.¹⁷

Após o seu primeiro período na Bahia, a Casa da Moeda seria instalada no Rio de Janeiro, Pernambuco e Minas Gerais, tendo inclusive um breve funcionamento na Vila da Cachoeira, na Bahia, em 1823, durante as lutas pela independência do Brasil, para atender às necessidades locais. Isto porque era muito mais prático e seguro transportar o maquinário para os locais em que houvesse necessidade de aumentar a emissão de moedas, que transportar as matérias-primas – ouro, prata, bronze, cobre – ao longo do ainda inóspito território brasileiro, estando sujeito a desvios e roubos.

Ao longo dos seus mais de três séculos de existência – constituindo-se em uma das mais longevas instituições brasileiras – a Casa da Moeda do Brasil, apesar de ocasionais dificuldades, continua cumprindo a sua missão original, assegurando a circulação de moeda em todo o território nacional.

Conclusão

Em plena era do “dinheiro de plástico”, os cartões de débito e crédito, nos causa estranheza quando um estabelecimento comercial oferece guloseimas ao invés do troco em dinheiro, pela falta de moeda, o “dinheiro miúdo”, quando efetuamos um pagamento em espécie. Não é difícil imaginar, portanto, as dificuldades acarreta-

17. DOCUMENTOS HISTÓRICOS, vol. LXXX.

das pela escassez de moeda a partir do século XVI, no Brasil. A implantação da Casa da Moeda no Brasil, primeiramente em Salvador e depois em outras cidades, minimizou o problema, mas não o resolveu totalmente, permanecendo a prática do escambo e da utilização de moedas estrangeiras, metais e pedras preciosas por muitos anos, em um cenário comercial e econômico bastante complexo, que nem sempre os textos históricos deixam transparecer. Realizamos, aqui, algumas reflexões sobre esta temática, ainda por merecer estudos ainda mais aprofundados, que certamente poderão esclarecer aspectos pouco conhecidos da história econômica do Brasil.

Bibliografia

- AMATO, Cláudio; NEVES, Irlei Soares das (2018). *Livro das Moedas do Brasil*. São Paulo: Artgraph.
- COSTA, Antonio Luiz M. C. (2018). *História do dinheiro*. São Paulo: Editora Draco.
- DOCUMENTOS HISTÓRICOS (vol. LXXX: *Livro 1.º de Regimentos, 1684-1725. Registo de Provisões da Casa da Moeda da Bahia, 1775*). Biblioteca Nacional (disponível em <https://books.google.com.br/books>; acesso em 11/04/2019).
- FRANCO JÚNIOR, Hilário; CHACON, Paulo Pan (1986). *História econômica geral*. São Paulo: Atlas.
- GONÇALVES, Cleber Baptista (1989). *Casa da Moeda do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Moeda do Brasil.
- IROKO, A. Félix (1990). As valiosas conchas da África. *O Correio da Unesco* 18 (3).
- MARQUES, Guida (2016). "Por ser cabeça do Estado do Brasil". As representações da cidade da Bahia no século XVII. In SOUZA, Evergton Sales; MARQUES, Guida; SILVA, Hugo R. (org.). *Salvador da Bahia, retratos de uma cidade atlântica*. Salvador: EDUFBA.
- MARSON, Isabel Andrade (1989). *Moedas e História no Brasil, 1500-1889*. São Paulo: Empresa das Artes.
- MATTOSO, Katia M. de Queirós (1983). Bahia opulenta: uma capital portuguesa no Novo Mundo (1549-1763). *Revista de História da USP* 114. (disponível em <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/62048>; acesso em 11/04/2019).
- OLIVEIRA, Maria Lêda (2008). *A história do Brasil de Frei Vicente de Salvador. História e política no Império Português do Século XVII*. Rio de Janeiro: Versal; São Paulo: Odebrecht.
- SPÍNOLA, Noenio (2011). *Dinheiro, deuses e poder*. São Paulo: Civilização Brasileira.
- TRIGUEIROS, F. dos Santos (1987). *Dinheiro no Brasil*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial.
- VIEIRA, Antonio (1653). *Sermão da primeira domingo da quaresma*. (disponível em https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/_documents/0043-01941.html; acesso em 11/04/2019).

JAIME M. M. FERREIRA

Vice-Presidente da Associação Numismática de Portugal

Diretor da revista *Numismática*

jaimemferreira@gmail.com

Medalha-ensaio desconhecida de D. João V ("Pensieri per la Medaglia di S. Maesta di Portogallo")

REVISTA M · Nº 2 · 2019 · 46 - 53

RESUMO

Nos reservados da Biblioteca Nacional de Portugal, uma bobine de microfilme de um folheto italiano (COD. 426, F. 57772, fls. 24 e 24a, *Pensieri per la Medaglia di S. Maesta di Portogallo*) alude a um projeto de medalha-ensaio de D. João V (1706-1750). Pensamos que esta medalha-ensaio é de autoria italiana e se refere à batalha de Corfu ou do Cabo Matapão, travada contra os turcos otomanos. Discutimos os hipotéticos desenhos, o autor e/ou gravador e alguns dados técnicos. Ignoramos se a medalha-ensaio foi alguma vez produzida, o que pode colocar-nos perante mais um caso de medalhística portuguesa incógnita.

PALAVRAS-CHAVE: Biblioteca Nacional de Portugal; folheto italiano; medalha-ensaio; D. João V; Corfu.

ASBTRACT

In the *reservados* of the National Library of Portugal, a microfilm of an Italian leaflet (COD. 426, F. 57772, fls. 24 e 24a, *Pensieri per la Medaglia di S. Maesta di Portogallo*) alludes to a draft medal-essay of king João V (1706-1750). We think that this medal-essay is of Italian authorship and relates to the battle of Corfu or Cape Matapan, fought against the Ottoman Turks. We discuss some issues concerning the hypothetical drawings, the author and/or engraver and some technical data. We ignore if the medal-essay was ever produced, which may put us in the presence of another case of unknown Portuguese medallistics.

KEYWORDS: National Library of Portugal; Italian leaflet; medal-essay; king João V; Cape Matapan.

Na sequência de pesquisas relacionadas com as medalhas "sepultadas" no Convento de Mafra na secção de reservados da Biblioteca Nacional de Portugal, deparamos com um folheto italiano de duas páginas, cujo título era *Pensieri per la Medaglia di S. Maesta di Portogallo*.

Trata-se de um projeto de medalha em letra do século XVIII, para ser executado em gravura, referente a D. João V (1706-1750).

Obtida uma fotocópia oficial do mesmo documento através de bobine de microfilme (COD. 426, F. 57772, fls. 24 e 24a), abalançámo-nos à tradução de um italiano antigo, mas mesmo assim perceptível.

Apresenta-se a seguir a cópia microfilmada (figuras 1 e 2) e, mais à frente, a respetiva tradução em português.

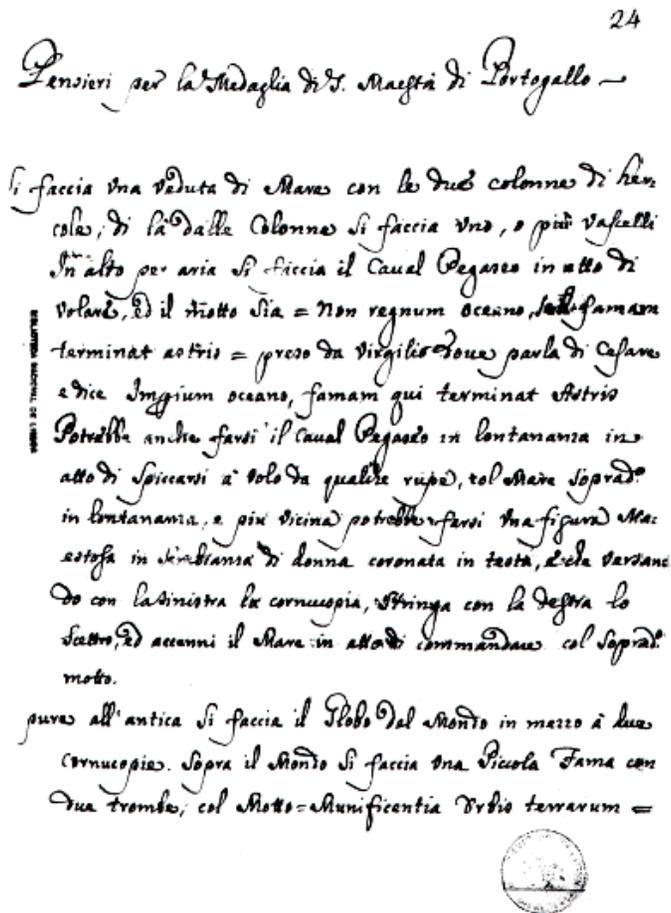


Figura 1 – Microfilme COD. 426, F. 57772, fl. 24 (BNP).

dueo si faccia una Donna in piedi, e da poi un piedo sopra
 una Prue di Naves. Con la destra Impugni l'asta, e con
 la sinistra tenga la Cornucopia coll'istesso motto.
 Potrebbe farsi due figurinas in atto di abbracciarsi; l'una abbi
 in mano la Croce, l'altra abbi la Cornucopia: Il motto =
 Pias, et munificentia.
 Si faccia il Globo del mondo con una fama, e da l'accanni con
 Vito. Il motto = Ubique Rex. E pure si faccia mezzo globo
 del mondo, sopra si faccia il sole col motto simplicamen-
 ter Ubique. E pure si faccia un Jano alato, che nella
 destra abbi il globo del mondo, e nella sinistra un Vap-
 cello. Al motto detto di sopra-ubique Rex.

Figura 2 – Microfilme COD. 426, F. 57772, fl. 24a (BNP).

Transcrição do texto do microfilme

Pensieri per la Medaglia di S. Maesta di Portogallo

Si faccia una veduta di Nave con le due colonne di hercoles; di la dalle colonne si faccia uno, o piu vascelli.

In altro per aria si faccia el caval Pegaseo in atto di volare, ed il motto sia = *non regnum oceano, famam qui terminat astris* = preso da Virgilio, dove parla di Cesare e dice *Imporium oceano, famam qui terminat astris*.

Potrebbe anche farsi il caval Pegaseo in lontananza in atto di spiccarsi a volo da qualire rupe, tol estare soprado in lontananza, e piu vicina potrebbe farsi una figura maestosa in sembianza di donna coronata in testa, e che versano con la

sinistra la cornucopia, stringa con la destra lo scettro, ed accenni il Mare in atto di comandare col soprado molto.

Pure all'antica si faccia il Globo del Mondo in mezzo à due cornucopie. Sopra il Mondo si faccia una piccola Fama con due trombes; col motto = *Munificentia orbis terrarum* = dueo si faccia una donna in piedi, deposi un piedo sopra una prue di naves. Con la destra impugni l'asta, e con la sinistra tenga la cornucopia coll' istesso motto.

Potrebbe farsi due figurinas in atto di abbracciarsi; l'una abbi in mano la croce, l'altra abbi la cornucopia: Il motto =

Pietas, et munificentia.

Si faccia Il Globo del Mondo con una fama, che l'accenni con ditto. Il motto = *Vbique Rex* = E pure si faccia mezzo globo del Mondo, sopra si faccia il Sole col motto = Smplicemente *Vbique*. E pure si faccia un genio alato, che nella destra abbia il globo del Mondo, e nella sinistra uno vascello, col motto detto di sopra = *ubique Rex*.

Tradução livre

Pensamentos para a medalha de Sua Majestade de Portugal

Faça-se uma vista de nave ("navio") com as duas colunas de Hércules; ao lado das colunas, faça-se um ou mais barcos.

Na outra área, faça-se o cavalo Pégaso no ato de voar, e que o mote seja = *Não é o reino do oceano, que limitará a sua fama pelos astros*, tomado de Vergílio (*Eneida* I, 287), onde se fala de César e se diz que o *império do oceano é que determina a fama pelos astros*.

Pode até fazer-se o cavalo Pégaso à distância, em voo picado de um penhasco, com o mar soprando ao longe, e mais próximo pode fazer-se uma figura majestosa com o semblante e o disfarce de uma mulher de cabeça coroada e acenando para o mar, no ato de dominar o seu sopro intenso.

Também, à maneira antiga, se faça um globo terrestre no meio de duas cornucópias. Por cima destas, faça-se uma pequena Fama com duas trombetas, com o mote = *Munificência em todo o Orbe terrestre* =, onde se deve colocar

uma mulher de pé, colocando um pé sobre a proa das naves. Com a mão direita empunha uma lança e na esquerda tem uma cornucópia com o lema estipulado.

Podem fazer-se ainda duas figurinhas a abraçar-se: uma tem na mão uma cruz, outra tem a cornucópia; o mote = *A Piedade e a Munificência*.

Faça-se um globo terrestre com uma Fama, e que tenha o seguinte mote = *Em toda a parte, o rei*. E depois faça-se um génio alado, que na mão direita tenha o globo terrestre e na esquerda um barco, com o mote acima descrito = *Em toda a parte, o rei*.

Identificação da medalha

Após o panorama apresentado, tudo tentámos para identificar a medalha do «Magnânimo», inédita para nós. Mas não foi possível identificá-la.

Pensamos que deva tratar-se de uma medalha-ensaio alusiva à batalha de Corfu (ou do Cabo Matapão), contra os otomanos, e o seu autor seja o gravador italiano Otto(ne) Hamerani (1694-1768). De facto, este autor executou uma medalha de D. João V, de 1717, respeitante à aludida batalha, mas que não corresponde ao texto acima apresentado. Conhece-se um ensaio cunhado em Roma, após a vitória sobre a armada otomana, que vem catalogado em Lopes Fernandes (LF 29, Anv.).

Quanto ao reverso, não conseguimos encontrar nenhuma medalha que se aproxime da descrição que consta do texto documentado. Embora existam medalhas deste período com metade do

globo terrestre, com anjos e trombetas, desconhecemos, na verdade, de que medalha se trata.

Para os mais curiosos mostra-se de seguida (figura 3) uma hipotética aproximação parcial da “inédita” medalha ou “ensaio medalhístico”.



Figura 3 – Medalha; bronze; c. 50mm.

Hipóteses técnicas: quem terá sido o autor desta medalha inédita? Nacional ou estrangeiro?

Em 1716, o gravador norueguês M. Røeg (1685-1736) já tinha gravado uma medalha de D. João V alusiva à Paz de Utreque. No ano seguinte, Ottone Hamerani (1694-1768) gravou uma medalha do *Magnânimo*, comemorativa do combate naval contra os otomanos. Ainda nesse ano, Antoine Mengin (1691-1775) gravou uma medalha alusiva ao mesmo acontecimento. Contudo, A. Mengin só chegaria a Lisboa em 1720: a medalha-ensaio em estudo não poderá ser dele, porque o projeto medalhístico para a mesma foi feito em Itália. Em 1717, o rei D. João V “animara a emissão de peças comemorativas com encomendas no estrangeiro”.¹

Outros nomes de gravadores estrangeiros poderão ter desenhado e gravado a medalha-ensaio aqui em análise. É de se supor que o(s) autor(es) da medalha-ensaio tenha(m) sido estrangeiro(s): deve, de facto, restringir-se a autoria e a feitura do projeto a um estrangeiro. As belíssimas medalhas gravadas no reinado de D. João V, por portugueses, são gravadas já no período final do reinado do *Magnânimo*. Além do mais, as medalhas que há são de A. Mengin, que viria a radicar-se em Portugal e era de nacionalidade francesa.

Para a hipótese anterior, basea-

1. SANTANA & SUCENA 1994: 538.

mo-nos nos módulos das seguintes medalhas:

Ano	Acontecimento	Metal/liga metálica	Módulo	Autor/gravador	Catálogo
1708	Casamento de D. João V	AR	14,5mm	(?)	Lamas 16
1713	Paz de Utreque	AV	13,0mm	(?)	LF 24
1713	Paz de Utreque	AE?	50,0mm	Nicolao Chevalier	LF 26
1716	Paz de Utreque	AR	70,0mm	Michel Röeg	LF 28 Lamas 17
1717	Batalha de Corfu (Matapão)	AR	47,0mm	Ottone Hammerani	LF 30 Lamas 18
1717	Ajuda ao papa contra os turcos	AR	49,0mm	Antoine Mengin	LF 29 (anv.) Lamas N/C
1720	Academia Real da História Portuguesa	AV AR	20,0mm 49,5mm	Antoine Mengin	LF 31 Lamas 19
1748	Academia Real da História Portuguesa	AV (22 ql.)	40,0mm	(?)	LF 35

Quadro 1 – Medalhas do reinado de D. João V (1706-1750)

E quais as características técnicas da medalha-ensaio, dado tratar-se de medalha-ensaio? Apesar de dedicada ou ordenada por D. João V, deveria ser em bronze, cobre, chumbo ou, no limite, prata.

Já quanto ao toque (título), a prodigalidade deste nosso rei absoluto não mandaria cunhar um material com toque inferior a 22 quilates (equivalente a 916‰).

Quanto aos módulos, comparativamente com outras medalhas cunhadas no mesmo reinado, teriam os seguintes diâmetros (variações de módulos): c. 13-40mm (AV); c. 14-49mm (AR); c. 50mm (Æ).

Quanto aos desenhos, demos uma possível pista só em texto e através da

tradução do reservado da Biblioteca Nacional de Portugal, cujo autor não conseguimos identificar. O pode dizer-se do respetivo gravador, se é que tal ideia, de facto, se concretizou.

D. João V não empregou todo o ouro do Brasil na transformação de rosas, como o fizera a rainha santa Isabel, mas em obras de arte como medalhas, que, num sentido muito genérico, são flores da civilização.

Terminamos assim este trabalho de medalhística incógnita, que poderá estimular outros a poder melhorá-lo e a (re) descobrir novos ângulos complementares ou diferentes dos que aqui foram abordados. Mais do que qualquer crítica, isto é o mínimo que podemos esperar.

Fontes

Biblioteca Nacional de Portugal, microfilme COD. 426, F. 57772, fls. 24 e 24a.

Bibliografia

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (coord.) (1952). *D. João V. Conferências e estudos comemorativos do segundo centenário da sua morte (1750-1950)*. Lisboa: C.M.L.

FERNANDES, Lopes (1864). Coleção das medalhas e condecorações portuguesas e das estrangeiras com relação a Portugal. *Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Classe de sciencias moraes, políticas e bellas artes* (t. III, pt. 2).

FERREIRA, Jaime M. M. (2017). Medalhas “sepultadas” no convento de Mafra, em 1717. *Nuismática* 5.^a série, XLIV (126).

LAMAS, Artur (1916). *Medalhas portuguesas e estrangeiras referentes a Portugal. Memória histórica e descritiva baseada na coleção iniciada por José Lamas*. Lisboa: Museu da Marinha; Typ. Adolpho Mendonça.

SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo (dir.) (1994). *Dicionário da história de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados.

DANIELA PEDROSO VIELA

Museóloga, Museu do Dinheiro (BdP)

danielaviela@gmail.com

Museu do Dinheiro: tecnologia e mediação cultural

REVISTA M · Nº 2 · 2019 · 54 · 60

 MUSEU
CASA DA
MOEDA

CASA DA MOEDA

RESUMO

Este artigo resulta de uma dissertação de mestrado apresentada à NOVA FCSH e intitulada *Da pessoa ao virtual no Museu do Dinheiro*, na qual se procurou estudar a mediação no museu através do caso do Museu do Dinheiro, que potencia as mais diversas experiências e processos de mediação através da interatividade e da tecnologia. A escolha do museu como lugar de conhecimento implica, da parte dos mediadores, a construção de estratégias visando uma exploração estruturada, capaz de dar razão e sentido ao que é visto e experimentado. Neste sentido, pretendeu contribuir-se para o conhecimento e a tomada de consciência relativamente aos processos de que os mediadores participam e aos tipos de intervenção que adotam, já que são eles que contactam e trabalham diretamente com os públicos.

PALAVRAS-CHAVE: museu; coleção; mediação; tecnologia; participação.

ABSTRACT

This article is the result of a masters' thesis presented to the NOVA FCSH and entitled *From the people to the virtual world in the Money Museum*, in which the author studies the mediation in the museum through the case of the Money Museum, as it fosters the most diverse experiences and processes of mediation through interactivity and technology. The option of using museums as learning places implies, on the part of the mediators, the construction of strategies for a structured exploration capable of giving a reason and a sense to what is seen and experienced. In this sense, the general objective was to contribute to the knowledge and awareness of the processes in which the mediators take part and of the types of intervention they adopt, since they are the ones who contact and work directly with the public.

KEYWORDS: museum; collection; mediation; technology; participation.

O Museu do Dinheiro, sob a tutela do Banco de Portugal, foi inaugurado em abril de 2016 na antiga igreja de S. Julião, na baixa de Lisboa (cf. figura 1)¹. Os objetivos do museu são²:

- Promover a relação da instituição com a sociedade, através da programação cultural e educativa;
- Contribuir para a literacia cultural e financeira;
- Expor, estudar e conservar o património móvel e arquitetónico (antiga igreja de S. Julião e muralha de D. Dinis, hoje património nacional);
- Gerir a coleção numismática, notafílica e artística do BdP (cerca de 51000 peças);
- Produzir exposições e programação complementar;
- Produzir conteúdos de comunicação e interpretação.



Figura 1 – Nave da antiga igreja de S. Julião, atual Museu do Dinheiro (BdP).

A museografia assenta em núcleos temáticos onde se apresentam as coleções numismática e notafílica do Banco, bem como objetos e dispositivos virtuais de contextualização (cf. figuras 2 a 5). Os temas representados focam os artigos padrão pré-monetários, o dinheiro no mundo, a história do dinheiro ao longo dos séculos, o fabrico da nota e da moeda ou os testemunhos pessoais sobre o papel do dinheiro na vida contemporânea.



Figura 2 – Núcleo TOCAR/Barra de ouro (BdP).

1. BANCO DE PORTUGAL 2012: 16.
2. VIELA 2018: 54.



Figura 3 – Núcleo TROCAR/Hermes Solar (BdP).



Figura 5 – Núcleo ILUSTRAR/Notas do mundo (BdP).



Figura 4 – Núcleo REPRESENTAR/Sala dos tesouros (BdP).

Sara Barriga, antiga coordenadora do núcleo do museu e uma das responsáveis pelo projeto, explica:

Era uma coleção muito difícil, em primeiro lugar, e porque já tínhamos uma experiência, de 10 anos, de um museu no sentido mais clássico do termo. Portanto, aquilo que esta equipa sabia era que não queria um museu como o outro e em grande escala, mas queria algo que fosse de rutura, que se aproximasse muito mais dos museus que estavam a surgir com muita evidência, que eram os museus de ciência viva, onde já se começavam a usar essas dinâmicas de interação, onde a tecnologia servia para mostrar o conteúdo.³

Neste sentido, o Banco de Portugal decidiu-se por um projeto que oferecesse ao visitante uma experiência marcada-

3. VIELA 2018: 48.

mente interativa, apresentando o acervo através de uma museografia não convencional, assente em tecnologia inovadora na criação de ambientes surpreendentes, que convocam a participação do visitante. O projeto defende também a função de conservar o património com novos e mais eficazes meios de segurança.⁴

Partindo do facto de o museu ser essencialmente interativo e multissensorial, o principal objetivo da análise foi medir o impacto das novas tecnologias, ou seja, analisar e interpretar o que estas experiências criam, no museu, com mediação pessoal e/ou mediação tecnológica, em contexto de visita orientada e de visita livre.

O estudo foi destinado a visitantes adultos – portanto, a partir dos dezoito anos –, de nacionalidade portuguesa. Pretendeu perceber-se as experiências e os desafios que se potenciam, qual a interação entre o visitante e a exposição, concretamente no processo de descodificação dos objetos expostos, na sua maioria peças de numismática. Como comenta Inês Ferreira:

A mediação não é simples intermediação, mas transformação (...); mediar é ligar as partes para construir significados, *no espaço entre*, num processo transformador.⁵

Com este entendimento, defende-se que os resultados definem quatro tipos principais de mediação no Museu do Dinheiro:

- Mediação Pessoal (MP) ou mediação realizada por profissionais mediadores: os públicos em visita orientada têm esta mediação; em visita livre, a mediação pessoal pode não acontecer, dependendo da presença ou não de profissionais mediadores em assistência de sala;
- Mediação Interativa (MI) ou mediação realizada por elementos ou dispositivos interativos, sejam tecnológicos ou não: os públicos em visita livre e em visita orientada têm esta mediação; em visita livre, pode não acontecer, dependendo do interesse do visitante;
- Mediação Tecnológica (MT) ou mediação realizada por dispositivos tecnológicos, sejam interativos ou não: os públicos em visita livre e em visita orientada têm esta mediação; em visita livre, pode não acontecer, dependendo do interesse do visitante;
- Mediação Pessoal + Interativa + Tecnológica (MPIT) ou mediação mais completa, realizada por profissionais mediadores, dispositivos interativos e tecnológicos: os públicos em visita orientada têm acesso a estas mediações.

E o que é gerado neste encontro? A que é que o público responde?

- A aprender enquanto se diverte;
- A novas experiências;
- À percepção do imediato;
- Ao apelo visual;
- À interação;
- Ao contacto pessoal, humano e afetivo;
- À reciprocidade tecnológica e/ou pessoal.

4. BANCO DE PORTUGAL 2012: 16.

5. FERREIRA 2016: 315.

Verificam-se vários níveis de relação e envolvimento do público, mas, no geral, a componente de multimédia interativa permite a presença de vários discursos e cada um escolhe aquele que mais lhe interessa ou com o qual se identifica, ou seja, o que o representa, o que tem a ver com a sua história. Confirma-se que estimula igualmente reações emotivas, que, por sua vez, facilitam a construção de narrativas e de compreensão. Estimula também a relação social, pois, em vez de isolar, permite ações conjuntas com diferentes visitantes, estimula as relações interpessoais e a partilha de memórias comuns, confirmando o dinheiro como um símbolo mediador das comunidades. Aliás, nos questionários pós-visita orientada, a motivação principal para visitar o museu é “conhecer a história do dinheiro”, com 45% das respostas, sendo um fator comum a todas as faixas etárias, seguindo-se a “curiosidade”.⁶

Também se verificou, no entanto, que o nível de satisfação muito elevado do público também depende do trabalho dos mediadores do museu. Sendo os museus lugares propiciadores de aprendizagens, estas implicam, por parte dos mediadores, a construção de estratégias para uma exploração estruturada, capaz de dar uma razão e um sentido ao que se vê e se experimenta. Neste caso, a introdução destes equipamentos tecnológicos foi motivo de ansiedade e um desafio, estando estes agora completamente integrados nas atividades educativas, pois os públicos não deixam de sentir necessida-

de de segurança e orientação.

Conclui-se, portanto, que tem que haver uma relação de paridade entre a mediação pessoal e a mediação tecnológica, pois o contacto humano engloba conversa, contacto visual, afeto, confronto, troca de ideias, emoções, empatia, partilha e muitos outros que nunca poderão ser substituídos por uma máquina. Além disso, é sempre a mediação pessoal que recruta a tecnológica e não o contrário, porque, se a tecnologia dominar o papel do mediador, toda a visita passa a ser mais prescritiva, menos sensorial, mais regulamentada, mais formal.

Consideramos que as tecnologias deverão ser sempre um meio e não o elemento principal, devendo ser utilizadas para promover a ligação entre o visitante, as coleções e os próprios espaços do museu. A tecnologia multimédia deve servir como ferramenta de interpretação, dar a conhecer as verdadeiras estórias e contextos por detrás de cada objeto.

Portanto, falamos da inovação ligada às novas tecnologias:

(...) que podem ser usadas pelos museus para desenvolver o seu conteúdo através do “edutainment” (educação através do entretenimento) e melhorar a qualidade dos serviços oferecidos aos seus visitantes.⁷

No entanto, salientamos que as potencialidades da tecnologia só são verdadeiramente aproveitadas quando estas apelam à criatividade e à inteligência do visitante.

6. VIELA 2018: 78-81.

7. POP & BORZA 2016: 3.

Podemos afirmar que, se os museus quiserem continuar a ser relevantes no mundo, cada vez mais digitalmente influenciado, precisam de reconhecer como a própria sociedade está a mudar por causa da cultura digital e de responder a essas mudanças de maneira significativa. A mudança social é sobre mudanças na nossa identidade, no nosso bem-estar, nas informações que consumimos, na democracia em que participamos e nas redes e comunidades com as quais conectamos. A atividade participativa, por sua vez, terá que ser mais do que apenas usar dispositivos e ferramentas digitais, mas sim usar a cultura digital para defender valores participativos democráticos, como na formação e vida do próprio museu.

Bibliografia

BANCO DE PORTUGAL (2012). A sede do Banco de Portugal. In *Reabilitação e Restauro*. Lisboa: DSA – Área de Documentação, Edições e Museu; Área de Gestão de Instalações e Património; GAB – Gabinete de Comunicação Institucional.

FERREIRA, I. (2015). *Museus e criatividade, espaços entre e mediação*. Lisboa: Caleidoscópio/DGPC.

POP, I. L.; BORZA, A. (2016). *Quality in museums as a way to increase sustainability* (disponível em https://mpr.a.ub.uni-muenchen.de/76898/1/MPRA_paper_76898.pdf).

VIELA, D. (2018). *Da pessoa ao virtual no Museu do Dinheiro*. Lisboa (dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

MÁRIO DE GOUVEIA

Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Museu Casa da Moeda (INCM/MCM)

mario.gouveia@incm.pt

Museu Casa da Moeda: um projeto em rede para o futuro da museologia

REVISTA M · Nº 2 · 2019 · 61 · 71

RESUMO

O objetivo deste artigo é fazer um balanço dos três anos de atividade do Museu Casa da Moeda, instituição criada em 2017. O Museu Casa da Moeda integra a coleção de moedas e medalhas que pertence à Imprensa Nacional-Casa da Moeda e é hoje uma das mais importantes coleções do género em Portugal, com um acervo que ultrapassa as 36000 moedas e as 9600 medalhas. O museu é totalmente digital e assenta numa lógica de divulgação do património e do conhecimento através da comunicação em rede.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa Nacional-Casa da Moeda; Museu Casa da Moeda; museologia digital; balanço de atividades.

ABSTRACT

The scope of this article is to present a balance of the three years of activity of the Portuguese Mint Museum, an institution created in 2017. The Portuguese Mint Museum incorporates the collection of coins and medals that belongs to the Portuguese Mint and Official Printing Office and is nowadays one of the most relevant collections of its kind in Portugal, with more than 36000 coins and 9600 medals. The museum is totally digital and is based on the dissemination of heritage and knowledge through network communication.

KEYWORDS: Portuguese Mint and Official Printing Office; Portuguese Mint Museum; digital museology; balance of activities.

O Museu Casa da Moeda (MCM), o primeiro projeto de Museologia Digital inteiramente dedicado à Numismática e à Medalhística em Portugal, tem desempenhado desde a data em que foi inaugurado um papel muito importante na preservação e divulgação do acervo de moedas e medalhas da Imprensa Nacional-Casa da Moeda (INCM), instituição que conta já com uma longa e bem documentada história. Um dos eixos que estruturam a missão do MCM passa por devolver à sociedade a fruição de um espólio que se encontrava guardado desde a data em que foram encerradas as portas do Museu Numismático Português (MNP), mas que passou a estar novamente disponível, para todo o mundo, através do sítio em linha desta instituição, de forma inteiramente gratuita e acessível vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, à distância de um simples clique.

A história da coleção de moedas e medalhas do MCM confunde-se com a história do país e de duas das suas mais prestigiadas instituições: a Casa Real e a Casa da Moeda. As mais antigas referências à necessidade de se criar uma coleção de moedas e medalhas de utilidade pública pode datar-se dos finais do século XVIII, mais concretamente do reinado de D. José, época em que Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de Pombal, assina o aviso pelo qual se cria o cofre da Casa da Moeda e se ordena que nele sejam guardados todos os tipos de moedas e medalhas, portuguesas e estrangeiras, que circulassem no reino. Esta coleção deve ter crescido ao longo das décadas seguintes, embora hoje pouco ou nada saibamos acerca da sua composição ou

até do seu paradeiro. Sabemos que, nos meados do século XIX, D. Luís, nomeado já presidente de honra da Sociedade Francesa de Numismática e Arqueologia, também tinha constituído no Palácio da Ajuda um Gabinete Numismático em que expunha a sua coleção de moedas e medalhas, parte da qual chegou a figurar na Exposição Internacional de Paris. Augusto Carlos Teixeira de Aragão, hoje um nome de referência da Numismática portuguesa, foi nomeado conservador desta coleção e dedicou-se, nos anos que se seguiram, à elaboração de alguns trabalhos que se tornaram verdadeiros clássicos da investigação sobre o tema.

Sensivelmente pela mesma altura, a Casa da Moeda, instalada já na rua de São Paulo, em Lisboa – e após ter-se localizado perto da porta da Cruz, junto a Santa Apolónia, primeiro, e na rua da Calçetaria, junto ao rio e ao paço real, depois –, passava por algumas mudanças estruturais relacionadas, por um lado, com a introdução da máquina a vapor, e, por outro, com a tentativa de se associar a outras fábricas, de forma a se concentrar, numa só casa, a atividade de várias instituições: foi assim que, em 1845, teve lugar a fusão da Casa da Moeda com a Reparação do Papel Selado, e, em 1882, as Contrastarias ficaram subordinadas à administração-geral da recém-criada Casa da Moeda e do Papel Selado, passando esta a ter sob o seu encargo a fiscalização não só da produção de moedas, notas e papéis selados, mas também da indústria e do comércio do ouro e de outros metais. Nos finais do século XIX, a Casa da Moeda e do Papel Selado era uma instituição que centralizava várias funções técnicas

e que desempenhava um papel muito relevante na salvaguarda do património numismático, notafílico e medalhístico.

Com a implantação da república em 1910, o Gabinete Numismático do Palácio da Ajuda foi encerrado ao público e posto em situação de arrolamento sob a dependência de um funcionário superior da direção-geral da Fazenda Pública, assim ficando até à data em que, na sequência da alteração do estatuto do palácio, em 1924, a coleção foi transferida para a Casa da Moeda, na qual formou um núcleo especial, conhecido precisamente como coleção D. Luís. Foi com base nestas duas coleções – por um lado, a que tinha sido criada pela Casa Real, e, por outro, a que tinha sido formada na Casa da Moeda – que, ainda em 1924, se criaram as condições para o nascimento daquele que viria a ser primeiro museu inteiramente dedicado à Numismática em Portugal: o Museu Numismático Português, inaugurado oficialmente pelo presidente da república Manuel Teixeira Gomes. Com a criação deste museu, tornou-se necessária a existência de uma estrutura que salvaguardasse o seu funcionamento, tendo-se para isso nomeado Pedro Batalha Reis como seu primeiro conservador.

Na altura em que foi criado, o MNP incorporava quatro núcleos principais: a coleção de D. Luís, a coleção da Casa da Moeda, a coleção do Gabinete Numismático da Biblioteca Nacional e a coleção de medalhas da Academia das Ciências. Alguns anos depois da sua criação, Damião Peres iniciou os trabalhos de inventário de toda a coleção, adotando, para o efeito, um sistema de registo em livro com o

qual atribuiu um número de inventário a cada peça e procedeu à sua identificação em traços ainda muito sumários. É importante dizer-se que, antes de fazer este trabalho, Damião Peres teve o cuidado de estudar e ordenar de forma sistemática toda a coleção de moedas, agrupando-as em diferentes núcleos, das peças mais antigas para as peças mais recentes: no livro 1.º de inventário, foram escritos os registos relativos à coleção D. Luís, do n.º 1 ao n.º 9275; no livro 2.º de inventário, foram escritos os registos relativos ao fundo geral, do n.º 9276 ao n.º 11138.

A partir de 1938, foi iniciada a transferência de todos os serviços da Casa da Moeda da rua de São Paulo para o edifício modernista da avenida António José de Almeida, junto ao Arco do Cego, pensado pelo arquiteto Jorge Segurado, com a justificação de se tratar de um edifício mais central e seguro, passando o MNP a funcionar numa dependência anexa e a ver confirmadas as suas atribuições culturais. Por esta altura foi também concluída a entrega da totalidade das moedas e medalhas do museu, bem como o respetivo registo em novos livros, o que permitiu atualizar o inventário já existente com base nas incorporações que foram sendo feitas entretanto. No termo destes trabalhos, o MNP foi oficialmente inaugurado, já nas suas novas instalações, em 1946, e aí permaneceu ativo durante mais de trinta anos, assegurando o cumprimento da sua missão fundamental até à data em que foi encerrado ao público, em 1987: no fundo, proteger e divulgar o património numismático e medalhístico da Casa da Moeda, instituição que, a partir de 1972, como resultado da fusão

com a Imprensa Nacional, instituição herdeira da Imprensa Régia, passara a designar-se Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Apesar do encerramento do MNP em 1987, os anos que se seguiram foram de intenso trabalho: a coleção de moedas e medalhas foi avaliada e inventariada numa nova base de dados, em que pela primeira vez se criaram campos que permitiram descrever todo o acervo em função das suas características mais relevantes. Nos trinta anos seguintes, o MNP continuou sempre a zelar por esta coleção e a participar de eventos, em especial exposições dentro e fora de portas, que contribuíram decisivamente para a divulgação do património junto do público. Simultaneamente, foram dados passos decisivos no sentido da aproximação do Arquivo Histórico e da Biblioteca à comunidade de investigadores, tendo estas duas áreas da instituição sido procuradas por muitos estudiosos, nacionais e internacionais, que aí realizaram trabalhos de investigação, muitos dos quais entretanto publicados sob a forma de livros e artigos em revistas de grande qualidade científica. Nos inícios do novo século, tiveram lugar as primeiras reuniões preparatórias em que se discutiu a hipótese de se implementar um novo projeto museológico que trouxesse o acervo numismático e medalhístico à luz do dia, embora adaptando-o às necessidades de uma sociedade que, com o passar dos anos, tinha mudado significativamente.

De facto, após anos de intenso trabalho museológico, arquivístico e bibliotecnómico, a inauguração do MCM, em 2017, veio dar resposta à necessidade de

se voltar a expor e a valorizar o acervo que se encontrava inacessível ao público, adequando a narrativa museológica às mudanças estruturais que tinham vindo a ocorrer na sociedade portuguesa desde a altura em que o MNP fora encerrado: vivia-se, nesta altura, a revolução digital criada pelo surgimento da *internet* e das redes da comunicação à escala global. Reunindo sinergias, a INCM procurou apostar numa estratégia que permitisse, ao mesmo tempo, criar medidas de salvaguarda do património e torná-lo visível através de novos meios de comunicação, mais voltados para o mundo digital: assim foi criada a equipa de trabalho interdisciplinar que, dando continuidade ao trabalho que já havia sido desenvolvido nos anos anteriores, concebeu o projeto museológico que viria a recuperar e a revalorizar todo este património. A partir dessa altura, a coleção de moedas e medalhas passou a integrar uma nova esfera de fruição social, mais moderna, desafiante e adaptada às exigências de um público interessado em aceder ao conhecimento através das inesgotáveis potencialidades do mundo em rede.

Em 2017, a abertura do MCM veio provar que havia espaço para um projeto museológico desta natureza em Portugal, isto é, um projeto totalmente digital e voltado para as tecnologias do futuro, hoje uma das instituições de referência no panorama museológico nacional. Com os seus três anos de existência, o MCM tem sido considerado pelo público que se interessa pelo universo das moedas e medalhas como uma das instituições, a par do Museu do Dinheiro, que mais tem contribuído para o estudo deste tipo de

objetos em organismos públicos, hoje formando, junto com o acervo em depósito neste e noutros museus, como é o caso do Novo Banco, uma das maiores e mais representativas coleções do género. Herdeiro de tradições, saberes e experiências que se foram construindo ao longo de muitas décadas, o MCM incorpora no seu acervo um número de peças que é já superior a 45000 objetos, representando aquilo que de melhor existe na história da numismática e da medalhística a nível não só nacional mas também internacional.

Visto tratar-se de um museu digital, o MCM tem apostado desde o início numa estratégia de comunicação em linha que tem passado pela criação e dinamização de um sítio alojado no endereço www.museucasadamoeda.pt, bem como de páginas ativas em redes sociais como o *Facebook*, o *Instagram* e o *Twitter*, contando a primeira já com mais de 20000 seguidores. No seu sítio, o MCM apresenta um conjunto de funcionalidades que, com base numa linguagem cativante e em conteúdos fáceis de se ler, visualizar ou até descarregar, tem despertado a atenção de todos os seus visitantes, do jovem que entra pela primeira vez em contacto com o universo das moedas e medalhas ao especialista que procura informar-se sobre os aspetos mais técnicos e científicos destes tipos de objetos. E são, de facto, muitas as perspetivas que estas peças, hoje já transformadas em objetos digitais acompanhados por metadados de alta qualidade, nos têm dado acerca da história do país e do mundo.

Na forma como se encontra hoje or-

ganizada, a coleção do MCM integra três tipos de peças museológicas: as moedas, as medalhas e os objetos monetiformes. A coleção de moedas está organizada em cinco séries: Grécia e Roma, Hispânia Sueva e Visigoda, Islão, Portugal (com as sub-séries Monarquia, República e Moedas Comemorativas) e Mundo. Esta coleção permite contar e entender a história dos últimos 2700 anos, do século VII a.C. aos nossos dias, uma vez que há peças produzidas em civilizações tão variadas como a Lídia e a Grécia, Cartago e Roma, os reinos bárbaros, o império bizantino e os califados islâmicos, já para não falar das que foram produzidas, em Portugal e em muitos outros países do globo, ao longo das épocas medieval, moderna e contemporânea. Já a coleção de medalhas está organizada em duas séries: Portugal e Mundo. Esta coleção permite estudar e compreender a história da Europa ao longo dos últimos quinhentos anos, do renascimento aos nossos dias. A coleção de objetos monetiformes integra peças como os contos, as fichas, as senhas e os *tokens*.

O sítio do MCM encontra-se dividido em cinco grandes secções: museu, coleção, exposições, conhecer, jogar e aprender. Para além de ficar a saber a história da INCM e do MCM, o visitante pode ver os principais tesouros da coleção e aprender mais sobre as várias séries de moedas e medalhas. Todas as peças são apresentadas com base em fichas individuais que dão a informação técnica necessária para a sua compreensão como objetos históricos, incluindo aspetos tipológicos e metrológicos, e em fotografias de alta re-

solução ampliáveis com o recurso à lupa, sem dúvida uma das funcionalidades que mais tem sido apreciada e elogiada pelo público. O visitante pode ver exposições virtuais, construir a sua própria coleção de peças ou até ler e descarregar, de forma inteiramente gratuita, vários catálogos e desdobráveis de exposições, algumas das quais ainda do tempo do MNP e outras organizadas já pelo MCM, muitas vezes em parceria com outras instituições públicas e privadas.

Neste sítio, o visitante pode ficar a par das últimas notícias sobre a atualidade numismática e medalhística ou aprofundar os seus conhecimentos sobre as moedas e as medalhas, vendo vídeos didáticos e pedagógicos que falam sobre o percurso da instituição e das suas peças mais relevantes ou lendo os números já publicados da *Revista M*, uma revista digital de grande qualidade científica, que conta com um conselho editorial formado por especialistas nacionais e internacionais, na qual se publicam artigos escritos por investigadores que propõem reflexões de âmbito teórico ou prático, entre elas se destacando as que se prendem com achados feitos em escavações arqueológicas ou com estudos de peças que integram acervos museológicos. Para além disso, o visitante mais novo pode divertir-se e aprender mais sobre o museu e a sua coleção, descarregando jogos para desenhar, colorir, escrever, completar ou simplesmente dar largas à sua imaginação, aliando desta forma a diversão e o conhecimento.

De maneira a se aproximar ainda mais do seu público, o MCM dispõe de um *e-mail* e uma *newsletter*, que permi-

tem manter o diálogo aberto com os colecionadores e os entusiastas do universo das moedas e medalhas, quer prestando apoio técnico a todos os interessados, quer enviando informações sobre as atividades já desenvolvidas. É importante sublinhar-se que o MCM tem um serviço educativo que o aproxima do público mais novo, para o qual são organizadas ações de sensibilização que passam pela realização de atividades lúdicas e educativas junto de escolas e universidades, bem como uma loja com diversos produtos e até uma coleção de livros que conta com vários volumes publicados em parceria com algumas editoras comerciais, alguns dos quais já integrados no Plano Nacional de Leitura. De forma geral, todos estes factos têm permitido criar uma sinergia de valências que é, em Portugal, verdadeiramente excecional, tornando assim o MCM igual a qualquer outro museu, independentemente da dimensão, física ou virtual, em que este se apresente.

Para nós é inquestionável que grande parte do sucesso do MCM se deve à sua vertente predominantemente digital, aliás o cerne da sua existência enquanto projeto museológico. A inauguração e a dinamização do MCM só foram possíveis graças à capacidade que este desde cedo demonstrou em capitalizar e exponenciar todas as funcionalidades asseguradas pela *internet*, com o objetivo de devolver à sociedade a fruição do acervo que o compõe, já sob a forma de uma massa informativa devidamente organizada e pensada para se tornar o mais apelativa possível para todos os tipos de público. Esta dinâmica criou uma linguagem mais moderna e adequada às

necessidades da sociedade atual, globalizada mas nem por isso menos exigente, agilizou o acesso ao conhecimento numa dinâmica de diálogo constante com o público e garantiu que esta missão de salvaguarda e divulgação do património fosse implementada numa lógica de maior democratização e gratuidade, como, de resto, é expectável numa instituição que se move na esfera de intervenção pública e que procura devolver a todos a fruição deste rico património.

Sem descurar o rigor metodológico e científico que se exige a qualquer projeto desta natureza, o MCM fez com que se tornasse simultaneamente mais fácil e divertido aprender sobre tudo o que diz respeito ao universo das moedas e medalhas, porque se apresenta com base num formato visualmente muito apelativo, que resulta do trabalho desenvolvido por equipas especializadas em *design* e comunicação digital, e porque procura chegar a todos através de recursos que procuram responder às exigências de públicos muito diferenciados. No nosso entendimento, esta tem sido, sem qualquer margem para dúvidas, uma das razões mais notórias do sucesso do MCM junto daqueles com os quais a equipa de trabalho, quer através do sítio, quer através das redes sociais, mantém contacto diário, prestando apoio ou tirando dúvidas sobre os mais variados aspetos: numismáticos, medalhísticos, históricos ou até arquivísticos.

Neste ponto é importante dizer-se que o sucesso do MCM também se deve ao facto de ter funcionado desde a data da sua criação – e, na verdade, já no mo-

mento em que assumia a dimensão de MNP – junto com o Arquivo Histórico e a Biblioteca da INCM. Ao contrário do que acontece noutros museus, cujo espólio muitas vezes não passa de meras curiosidades arqueológicas, a possibilidade que o MCM dá de se poder estudar uma coleção de moedas e medalhas à luz da documentação que se lhe refere deve considerar-se uma das suas grandes mais-valias. Um dos pontos que diferencia o MCM dos restantes museus é o facto de a história do seu acervo e da instituição que o conserva estar documentada em manuscritos que foram produzidos ao longo de quinhentos anos e que refletem a história da própria Casa da Moeda.

Na prática, é possível conhecer-se toda a missão da instituição ao longo de décadas ou até séculos, os edifícios em que funcionou, as pessoas que nela trabalharam, as técnicas e as máquinas que constituíram o acervo industrial, as moedas e as medalhas que foram produzidas ou inclusive algumas problemáticas mais específicas no âmbito da história institucional, em especial nas épocas moderna e contemporânea: falamos muito concretamente das relativas à circulação dos metais, à oferta da moeda, ao saldo das balanças comerciais, às flutuações conjunturais da economia ou até aos protagonistas, individuais ou coletivos, que intervieram em todos estes processos. No seu conjunto, estes factos fazem da coleção do MCM uma fonte imprescindível para a abordagem da denominada *história total*, isto é, de uma tendência historiográfica que considera que o estudo do passado, perspetivado

também como forma de se entender o presente e o futuro, deve ser feito sempre com base no cruzamento da mais ampla e variada gama tipológica possível de monumentos históricos: do manuscrito à moeda e da moeda ao manuscrito.

De forma a assegurar a gestão dos metadados relativos às moedas e medalhas, o MCM tem ao seu dispor uma plataforma de gestão informática designada *Index rerum*, em que se inventaria e cataloga sistematicamente todo o acervo. Esta plataforma é constituída por um conjunto muito alargado de descritores que servem para fazer o registo exaustivo das características de cada peça. Aí, a coleção encontra-se dividida em três séries: moedas (36000 registos), medalhas (9600 registos) e objetos monetiformes (500 registos), perfazendo um total de quase 50000 objetos digitais. O *Index rerum* é administrado não só por uma equipa de especialistas em informática e em gestão de coleções museológicas, mas também pela equipa do próprio MCM, que introduz e atualiza os dados relativos a estes objetos sempre que necessário, muitos dos quais incorporando os relativos às várias séries de moedas, correntes e comemorativas, que se produzem anualmente na INCM.

Nesta plataforma, cada ficha é constituída por um conjunto muito completo de campos, que incluem, entre outros, o número de inventário, o nome do inventariante, a data do inventário, a coleção, a ficha, a posição, o tipo de objeto, o modo e a data de incorporação, o valor, a denominação, o contexto histórico geral, o contexto histórico específico, a autori-

dade, a matéria, o módulo, o peso, o estado de conservação, o grau de raridade e as notas e observações. É possível acompanhar-se todo o historial das peças, incluindo questões relativas a intervenções, empréstimos, abates, exposições ou seguros, enquanto o *thesaurus* incorpora a lista de todos os termos associados a cada campo, constituindo-se por isso como um glossário útil para efeitos de pesquisa. A plataforma permite fazer pesquisas simples e avançadas, limitando ou expandindo os campos, e até construir exposições virtuais de peças que reproduzem exposições com existência no plano físico. É possível gerar-se o registo de toda esta informação noutros suportes informáticos, como o Excel, o PDF e o XML. É a partir desta plataforma que se exportam todos os conteúdos que ficam visíveis no sítio do MCM, reforçando a sua componente digital e a difusão integral do acervo. De maneira a normalizar procedimentos, a utilização da plataforma é apoiada por um manual próprio em que se explicam, em detalhe, todas as suas funcionalidades.

Com base nestas ideias, estamos desde já em condições de dizer que, ao longo dos últimos três anos, o MCM tem procurado desenvolver várias linhas de ação estratégica, cuja importância não é demais destacar-se:

- Abriu-se o sítio da instituição na ligação www.museucasadamoeda.pt;
- Abriram-se as páginas nas redes sociais *Facebook*, *Twitter*, *Instagram* e *Vimeo*;
- Abriu-se o canal de contacto com o público através de um *e-mail* e uma *newsletter*;

- Publicitaram-se as atividades do museu em diversos meios de comunicação audiovisual, como a televisão, a rádio e a imprensa;
- Montaram-se várias exposições temporárias, dentro e fora de portas, algumas das quais em parceria com outras instituições públicas e privadas, com existência física e replicação virtual;
- Efetuou-se o registo fotográfico de grande parte da coleção numismática e medalhística;
- Realizaram-se produções videográficas sobre a coleção numismática e medalhística e sobre o espólio documental e bibliográfico;
- Elaboraram-se fichas de apresentação das moedas mais importantes da coleção, com dados que permitem a contextualização histórica das peças;
- Publicaram-se notícias sobre a atualidade numismática e medalhística, no país e no estrangeiro;
- Produziram-se jogos destinados ao público infantojuvenil;
- Implementaram-se as rubricas de programação do serviço educativo;
- Publicaram-se livros sobre várias temáticas, algumas das quais em relação com a produção anual de moedas correntes e comemorativas, bem como catálogos de exposições e desdobráveis de apresentação da missão do museu e das suas iniciativas mais importantes;
- Editou-se a *Revista M*, o órgão de expressão científica do museu, que conta com um conselho editorial de nível internacional e no qual se publicaram já os resultados de investigações nos campos da Numismática e da Medalhística;
- Realizaram-se visitas orientadas às

exposições patententes na Casa da Moeda e nos seus parceiros institucionais mais relevantes, como o Museu do Dinheiro;

- Implementou-se a rede de *marketing* direcionada para a venda de vários tipos de produtos, com a chancela MCM, através da loja virtual;

- Estabeleceram-se parcerias com instituições que integram a rede de museus nacionais, visando a realização de atividades como exposições, apresentações de livros, participações em feiras e ações dedicadas ao público infantojuvenil;

- Desenvolveram-se contactos com a comunidade científica e pedagógica que atua junto de museus, universidades, escolas e associações culturais, entre as quais a Fédération Internationale de la Médaille d'Art (FIDEM);

- Fez-se a migração das informações constantes da antiga base de dados do museu para uma nova base de dados, procedeu-se à revisão das séries que formam a coleção de objetos digitais e atualizaram-se os correspondentes metadados através da incorporação de novos elementos e da correção dos já existentes, muitos dos quais relativos às últimas séries de moedas produzidas pela INCM.

Na prática, ao longo da sua ainda breve existência, o MCM tem posto em marcha um processo que tem contribuído não só para o reforço da sua componente científica, condição necessária para que se possa criar e divulgar o conhecimento alicerçado num trabalho metucioso e sistemático, que se desenvolve segundo elevados padrões de exigência e rigor, mas também da sua vertente didática e pedagógica, função vital no seio de qualquer instituição que se rege no escri-

puloso respeito pelo seu plano de responsabilidade social e se apresenta como um agente que promove a proteção e a salvaguarda do património. Reunindo todas estas sinergias, o MCM tem ocupado uma posição que o põe a par de qualquer outro museu do país e que julgamos irá reforçar cada vez mais a sua capacidade de agir, intervir e até mudar a sociedade, cumprindo assim um dos seus mais importantes desígnios.

Para concluir, é necessário sublinhar que o trabalho desenvolvido pelo MCM foi reconhecido, poucos meses após a sua inauguração, através da sua inclusão na lista dos denominados “exemplos de transformação digital” operados no setor da Administração Pública em 2017, através da realização de um estudo conduzido pela Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações de que resultou a publicação do relatório *A economia digital em Portugal 2017: casos de transformação digital*. Confirmando o reconhecimento junto do público, o MCM conquistou também, em 2019, dois prémios atribuídos pela Associação Portuguesa de Museologia nas categorias Comunicação Online e Aplicação de Gestão e Multimédia, entregues durante uma cerimónia que teve lugar em Leiria e em que foi realçado o papel que o museu tem tido na difusão do património numismático e medalhístico da INCM, bem como na disponibilização de todo o seu acervo através das redes globais, hoje um dos meios mais importantes para fazer chegar a todos – porque o *nosso* museu é mesmo *de todos* – o conhecimento.

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE ARTIGOS

A *Revista M* é a revista digital do Museu Casa da Moeda. Nela se publicam textos originais que incorporem contributos substanciais para a investigação em Numismática, Medalhística e outras ciências. Os trabalhos publicados pautam-se pelos mais elevados padrões de exigência e rigor científico.

A *Revista M* é uma publicação de acesso aberto e periodicidade anual. Os originais enviados para publicação podem apresentar-se sob a forma de artigos, notas de investigação, estados da arte, resenhas ou notícias.

Os originais devem ser redigidos em português segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, mas também se aceitam contribuições em inglês. Os originais devem ser apresentados em letra *Times New Roman*, com texto justificado e datilografado a letra 12 (corpo do texto) e 10 (notas de rodapé), espaçamento 1,5. A extensão dos textos não deve ultrapassar as 15000 palavras (artigos, notas de investigação e estados da arte), 2500 palavras (resenhas) ou 500 palavras (notícias). São permitidas imagens a cores com fundo branco.

Os originais devem ser enviados em formato digital editável (ficheiro *Word*) para o *e-mail* museucasadamoeda@incm.pt, ao cuidado do editor da revista.

Os originais que se enquadrem nas tipologias de artigo, notas de investigação e estados da arte devem conter obrigatoriamente os seguintes elementos:

- Título;
- Nome(s) do(s) autor(es);
- Filiação institucional do(s) autor(es);
- *E-mail* profissional do(s) autor(es);
- Resumo do artigo (máximo de 200 palavras), na língua do texto e numa segunda língua (português/inglês);
- Cinco palavras-chave, na língua do texto e numa segunda língua

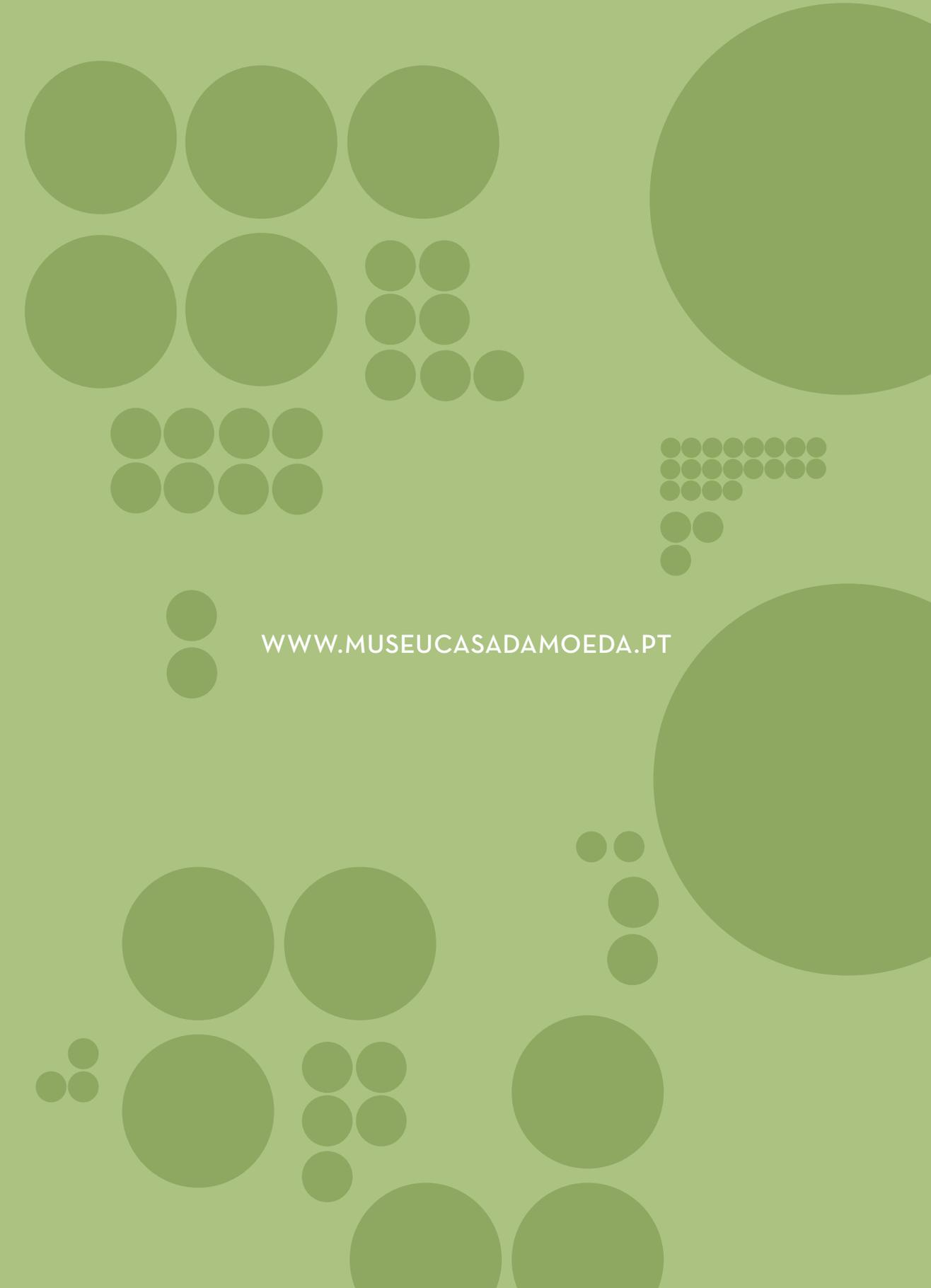
- (português/inglês);
– Bibliografia final com todos os títulos citados.

Os comentários ao texto e as referências bibliográficas de apoio ao texto devem ser remetidos para notas de rodapé, aconselhando-se, nestes casos, a existência de notas concisas.

Todos os originais são submetidos a leitura prévia pelo conselho editorial da revista, e, nos casos dos artigos, das notas de investigação e dos estados da arte, também por um revisor da especialidade, que emite um parecer positivo ou negativo à sua publicação. Os autores dos originais podem ser convidados, sempre que o parecer o justifique, a refazer parcialmente os seus textos em prazo estipulado, de forma a que estes se enquadrem nos padrões de qualidade da revista. Os originais não são devolvidos aos autores. Os editores reservam-se o direito de publicar ocasionalmente textos de elevado interesse sem os submeter ao processo de arbitragem científica.

Os autores dos textos publicados devem estar cientes de que os respetivos leitores podem ler, descarregar, imprimir, distribuir ou referir os textos noutros locais, sem autorização prévia da publicação ou dos autores, desde que devida e corretamente citados.

Os editores da revista não se responsabilizam por quaisquer infrações à lei que decorram da publicação dos originais recebidos, nomeadamente no que respeita aos direitos de autor sobre os textos e as imagens enviados para publicação, que são da inteira responsabilidade dos autores dos originais.



WWW.MUSEUCASADAMOEDA.PT